



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 08

Sessão Ordinária Abril

1.º Reunião em 06/04/2018

Aos seis dias do mês de Abril do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Virgínia Maria Melo Matos, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.^{.001}

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Faltou nesta reunião da sessão a Vogal Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, João Francisco Carvalho de Sousa e Joana Fonseca Valente.

Faltou nesta reunião da sessão o Vereador Manuel Oliveira de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins e Rita Alexandra Monteiro Baptista, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.^{.002}

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, se fez substituir nesta reunião da sessão por, Miguel António Costa da Silva.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 20FEV18 a 02ABR18;**
- Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2017, da Câmara Municipal de Aveiro;**
- Ponto 3 - Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2017 da TEMA-Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.;**
- Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2018;**
- Ponto 5 - Apreciação e votação da proposta de desafetação ao domínio público de três parcelas a integrarem o Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia;**
- Ponto 6 - Revisão do PDM de Aveiro / ponto de situação;**
- Ponto 7 - Apreciação e votação de Recrutamento de um Assistente Operacional – Educação Pré-Escolar;**
- Ponto 8 - Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal - "Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município";**
- Ponto 9 - Apreciação e votação Propostas de Recomendação à Câmara Municipal:**
 - a) Transmissão em direto das Sessões da Assembleia Municipal;**
 - b) Conjunto de ações e medidas de prevenção a implementar no imediato, para impedir a disseminação do problema dos animais de companhia abandonados no concelho de Aveiro.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida e das actividades onde esteve presente em representação da Assembleia Municipal. Informando os Senhores deputados que a Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2017, remetidas pela Associação Municípios de Carvoeiro-Vouga, assim como todo o expediente, se encontra disponível para consulta no serviço de apoio da Assembleia.⁰⁰³

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas da sessão anterior em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 06 – Sessão Ordinária Fevereiro – 1.ª reunião da sessão realizada em 23-02-2018:
- Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, o deputado municipal, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques ferreira, Henrique da Rocha Vieira, e os sucedâneos João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves.

Acta n.º 07 – Sessão Ordinária Fevereiro – 2.ª reunião realizada em 02-03-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, o deputado municipal, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Catarina Marques da Rocha Barreto, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, e os sucedâneos João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa, informou da presença no plenário de munícipes, Maria Manuel Pinho de Seíça Neves e Domingos Emanuel Ribeiro da Costa, que pretendem intervir neste período reservado ao público⁰⁰⁵, respetivamente "situação do estacionamento na rua Dr. Orlando de Oliveira e Lauro Corado" e "situação de tráfego/conflito na rua Infante D. Henrique com a Avenida 25 de Abril - contraordenações.»

Munícipe: Maria Manuel Seíça Neves⁰⁰⁶

Munícipe: Domingos Emanuel Costa⁰⁰⁷

Presidente da Mesa⁰⁰⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁹

"Muito obrigado à Dr.ª Maria Manuel e ao Senhor Domingos Emanuel. Enfim, só dizer-vos que tomei boa nota das duas questões. A da Força já tínhamos conhecimento desta situação e estamos a ponderar na alteração regulamentar que está em curso, estamos a fazer neste momento formalmente uma alteração regulamentar. Dar um jeitinho naquilo que é a definição regulamentar desta coisa original que vocês têm na Força. Não é um sítio único da cidade, mas é dos poucos em que a porta que dá frente ao fogo, está para uma rua e a garagem está para outra rua. Na leitura linear do nosso regulamento atual disse, ok a garagem não têm direito o que tem direito e o número de porta da rua da frente. Como o problema está atrás, o regulamento não cobre essa situação. Portanto, nós achamos que deve cobrir e, portanto, estamos na alteração ao regulamento, repito que está formalmente em curso, ponderar isto para resolvermos este problema.

A Rua Lauro Corado é um dos nossos grandes problemas. Especialmente a sua ponta Sul. É um grande filme porque a Câmara licenciou prédios, que no tempo estava tudo certo, na altura estava tudo certo hoje está tudo errado, como é evidente. Mas as coisas são no tempo que se fazem, não é depois de 20 anos que nós fazemos a avaliação. Mas a verdade é que depois na ponta Sul da rua há uma parte da via pública que tem por baixo garagens privadas onde temos mil problemas de infiltração de água e depois aquela discussão interna se o buraco nasceu por culpa da parte privada da construção ou da parte pública. E, portanto, a solução do parcómetro foi uma solução para induzir a rotação, também é uma zona de muitos serviços, comércio e serviços e, portanto, o parcómetro é útil para permitir durante o dia essa rotação que é útil para os cidadãos e obviamente para quem tem serviços instalados, mas esta é uma questão que, na nossa opinião, aliás no fundo era e o segundo cenário que nos referenciou que é compatibilizar a existência do parcómetro com o a utilização do cartão de residente, numa zona em que claramente a garagem tem uma relação absolutamente íntima e formal com o fogo, apenas com este episódio um

bocadinho original, um bocadinho grande, que é estarem para ruas absolutamente distintas. Mas pronto, a nossa Força é um sítio cheio de originalidade, com um disparate grave naquilo que é a quantidade de fogos e de frações de comércio e serviços em relação aos lugares de estacionamento e, portanto, procuramos fazer este equilíbrio o melhor possível e é com base nessa sua segunda ideia que nós estamos a fazer a ponderação do ajustamento regulamentar para poder implementar e termos a solução deste vosso problema em relação ao qual já tínhamos conhecimento.

Em relação ao Senhor Domingues, enfim, tomei também boa nota daquilo que nos disse. Essa nossa zona está já em estudo para uma remodelação total. Estamos a começar pelas 5 Bicas e toda a zona envolvente às 5 Bicas, e depois, na mesma operação de planeamento, mas em termos de obra vão ser dois tempos diferentes, que é resolvemos o problema da envolvente de toda a envolvente rodoviária às duas Escolas que ali temos — a José Estêvão e a Mário Sacramento. São problemas muito delicados, o terreno não dá para tudo, é preciso refazer o espaço público para ele cumprir bem as suas múltiplas funções, é preciso também refazer alguma sinalização, mas obviamente depois é preciso também que cada autoridade — a Câmara que é a autoridade administrativa e a Polícia de Segurança Pública que é a autoridade policial interajam, como interagimos, pelo menos da nossa parte, para que as coisas corram bem.

Eu era incapaz de dizer a um munícipe "olhe, vá lá à polícia e fale sobre o problema". Não. Sou eu que tenho que falar com a polícia — e nós temos mil reuniões. Eu próprio e também o Vereador Jorge Ratola que é quem tem essa área, é rara a semana que não há reuniões no mínimo telefónicas e presenciais são várias por mês, para haver essa ponte entre as instituições. Nós não andamos aqui a mandar munícipes de uns para os outros — isso não faz obviamente o menor sentido.

Mas também gostávamos muito de sensibilizar os nossos pais, para que ajudem os seus filhos e irem para a escola de bicicleta, de autocarro, para que esta coisa de levar os meninos (e alguns meninos já com muita idade, com 16 anos com 17 com 18) e isto de os termos que pôr e tirar à porta de uma escola é algo que não faz sentido objetivo. E nós também temos de cultivar a utilização dos modos suaves de andar a pé, andar de bicicleta, porque por muito boa que vai ser a obra que vamos fazer e estamos convencidos que a vamos fazer bem, se toda a gente ou se muita gente continuar a ir buscar os seus filhos de carro (buscar e levar) em cada uma das pontas do dia, pois seguramente que a capacidade de carga não é sustentável e vai sempre haver alguém a fazer asneiras. A passar no vermelho, estar estacionado em lugar proibido e, obviamente isso é sempre difícil para gerir para nós e para a própria autoridade policial.

Mas tomámos boa nota desta sua chamada de atenção e, nesta fase em que estamos, de planeamento e de já, no que respeita à zona das 5 Bicas, que vem até aqui a este cruzamento da Avenida Infante D. Henrique, ponderaremos soluções para melhorar essa condição. E obviamente deixar clara a sinalética que obviamente os cidadãos têm cumprir e autoridade policial tem que fazer cumprir. Muito obrigado."

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa deu início⁰¹⁰ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹¹

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados. Na passada quarta-feira cumpriram-se 45 anos do início dos trabalhos do 3º Congresso da Oposição Democrática.

No Cine-Teatro Avenida, Álvaro Seiça Neves, leu o telegrama do Prof. Rui Luís Gomes declarando aberto o 3º Congresso da Oposição democrática, na qualidade de Presidente do Congresso em que fora investido por vontade unânime da Comissão Nacional, mas que o fascismo impedira de o exercer presencialmente, ao não permitir o seu regresso do exílio.

Tomando como incontornáveis referências os 1º e 2º Congresso (de 1958 e 1969), no país aterrorizado pela ditadura fascista, o 3º Congresso da Oposição Democrática, era marcado por um amplíssimo movimento preparatório, quer pelo número de participantes quer pela diversificação regional dos seus intervenientes, pela formação e funcionamento regular de uma Comissão Nacional, com cerca de 500 membros, por vários debates, reuniões e iniciativas antecedentes e pelas diversas alterações na correlação de forças dentro do próprio campo da oposição após a chapelada eleitoral de 1969.

Como comprovativo dessa imensa participação democrática, na preparação do Congresso assinala-se a apresentação de duzentas teses e trabalhos, muitos deles de elaboração coletiva, abrangendo um vastíssimo leque de questões e problemas da vida nacional, mas onde, significativamente, ganharam um novo e destacado relevo os problemas dos trabalhadores e a questão da guerra colonial.

Não pode haver alguma dúvida de que, sem prejuízo de outros fatores gerais, como a conjuntura de isolamento do regime, foram estes critérios e orientações firmemente apostados numa ampla participação na sua preparação, que muito favoreceram a presença no Congresso de milhares de participantes vindos de todo o país, atestando uma grande e dinâmica e mobilização democrática.

Neste contexto surge como indiscutível que nessa evolução e nessas mudanças pesaram, entre outros fatores e de forma determinante, a própria dimensão da luta da classe operária, os audaciosos avanços e posições conquistadas nos sindicatos e a integração na luta legal e semi-legal de novas gerações de estudantes e jovens trabalhadores.

No plano político, adquiriu um relevante significado que o 3º Congresso da Oposição Democrática tivesse afirmado com toda a clareza, na sua declaração final, como «objetivos imediatos, possíveis de atingir através da ação unida das forças democráticas,» o «fim da guerra colonial», a «luta contra o poder absoluto do capital monopolista» e a «conquista das liberdades democráticas».

A definição destes três grandes objetivos esclarecia sobre a verdadeira natureza da ditadura fascista, não só marcaram decisivamente a intervenção da oposição democrática na farsa eleitoral de Outubro de 1973, como influenciaram o pensamento político do Movimento dos Capitães, viriam a ter uma aproximada consagração no «Programa do MFA» e viriam a plasmar-se na vida como componentes cruciais da Revolução de Abril.

Mas o valor e importância do 3º Congresso da Oposição Democrática, para além do acerto das suas conclusões políticas, sustentam-se também uma firme e corajosa condução política que o transformou numa concreta jornada de luta aberta e frontal contra o regime e como mais uma contribuição para desmascarar os últimos e já muito ténues resquícios da «demagogia liberalizante» de Marcelo Caetano e acentuar o seu isolamento interno e externo.

Com efeito, a vasta mobilização para o Congresso, forçou o Governo fascista a impor um vasto conjunto de medidas limitativas e repressivas em si mesmas, prejudiciais para a benévola imagem que poderia querer ganhar ao autorizar o Congresso. E, neste âmbito, assumiu um carácter emblemático de que os democratas reunidos em Aveiro, não estavam ali para usar unicamente a restrita «liberdade vigiada» que lhes era momentaneamente consentida, o facto de a Comissão Nacional do Congresso ter decidido manter a romagem

à campanha de Mário Sacramento (destacado intelectual comunista e figura de referência dos anteriores Congressos). Mesmo depois da sua proibição pelas autoridades fascistas e mesmo correndo o risco – que se viria confirmar na manhã de dia 8 – de uma brutal carga policial.

Neste quadro, conclui-se acentuando que, entre muitos outros exemplos, o 3º Congresso da Oposição Democrática, constituiu mais uma comprovação da correção de uma orientação do PCP, apostada na flexível combinação e articulação entre formas de organização e de luta ilegais e clandestinas e formas de organização e intervenção legais ou semi-legais que, além de tudo o mais, se revelaram ao longo de décadas como indispensáveis para promover o avanço da consciência e experiência políticas de milhares de portugueses e para atrair para a luta antifascista novas gerações de combatentes cuja emergência nos anos finais do fascismo se viria a revelar de enorme importância nas tarefas da Revolução de Abril. Viva o 3º Congresso da Oposição Democrática."

Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹²

"Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa-noite a todos os presentes. Neste ponto de antes da ordem do dia eu gostaria de abordar o recentemente tornado público, o relatório do “Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional”, que teve como objetivo realizar um diagnóstico abrangente das carências habitacionais mais prementes existentes no país e servir de base à preparação e implementação do Primeiro Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação.

Neste relatório o concelho de Aveiro apresenta números preocupantes — quando comparados com o panorama nacional.

O relatório identifica 227 famílias por realojar no nosso concelho, estando as mesmas distribuídas por 20 núcleos.

O relatório considera que as necessidades do município de Aveiro como "expressivas". Se retirarmos os municípios da área metropolitana de Lisboa e Porto, que pela sua dimensão e tipologia tem maiores necessidades habitacionais, percebemos que a realidade de Aveiro é muito preocupante.

Depois das áreas metropolitanas Aveiro é um dos municípios com maior necessidade de realojamento de famílias. O Bloco de esquerda gostaria de colocar as seguintes questões ao executivo camarário:

- a) Se conhecem a situação de precariedade habitacional das 227 famílias mencionadas no relatório;*
- b) Qual a tipologia das habitações e o tipo de degradação que estas apresentam;*
- c) Se conhecem os motivos pelos quais as situações chegaram a este estado;*
- d) Se a CMA tem um plano específico para suprimir, pelo menos, parte das necessidades a curto prazo.*

Não descuramos as necessidades de intervenção do Estado Central neste tema. Mas consideramos que a autarquia tem falhado na sua missão de proteger e conferir o direito à habitação, tendo em conta que dispõe de uma verba de apoio às famílias para habitação no valor de 20 mil Euros e de acordo com o relatório de Prestação de Contas que iremos discutir a seguir, no ano de 2017 gastou 0 euros nessa rubrica.

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

"Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa noite a todos. A ligação ferroviária de alta velocidade Aveiro-Vilar Formoso, parte integrante do plano estratégico dos transportes de infraestruturas 2014/2020 é um projeto do qual se ouve falar de tempos a tempos. Mas as

notícias mais recentes, leva-nos a pensar que, este é mais um projeto que provavelmente não passará sequer disso mesmo ou seja da fase de projeto.

O corredor internacional de alta velocidade Aveiro/Mangualde/Vilar Formoso parece que se vai transformar naquilo que já existe — Aveiro/Pampilhosa na linha do Norte e Pampilhosa/Vilar Formoso na linha da Beira Alta, sendo acrescentado um ramal para servir a cidade de Viseu, e mantendo-se a ineficiência provocada pela mudança de linha na Pampilhosa, tendo apenas como objetivo o aumento da capacidade da linha em termos do número de comboios e da dimensão de cada um deles.

A opção do Governo em matéria de transporte ferroviário de mercadorias vira-se a Sul. Sendo a linha Sines/Caia a prioridade absoluta esquecendo deste modo a capacidade produtora e exportadora da indústria do Norte e Centro do país — a qual continuará a privilegiar o transporte rodoviário para o escoamento das suas mercadorias para a Europa.

Mas esta opção leva também a que os portos de Aveiro e Leixões percam competitividade, enquanto ponto saída de mercadorias de toda a indústria exportadora do centro de Espanha, que os poderia utilizar como terminal de saída com destino ao continente Americano.

Não agir perante uma situação que em muito prejudica a região de Aveiro levará ao arquivamento deste projeto de alta velocidade. É dever de todos lutar pela manutenção desta ideia e pela construção dessa linha, com realismo, sem pensar em TGVs para transportar surfistas espanhóis, mas com a consciência da sua necessidade e importância para o Centro e Norte de Portugal. Disse."

Vogal Joaquim Oliveira (PS)⁰¹⁴

Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

"Sendo esta a minha primeira intervenção neste areópago da democracia, quero começar por cumprimentar com muita estima o senhor Presidente da Assembleia. Quero também cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e todos os vereadores e, naturalmente, quero dar a todos os meus colegas deputados, um grande abraço democrático que é isso mesmo que nós temos que fazer é um grande abraço democrático neste contexto.

Ora bem, a minha intervenção tem dois pontos. A primeira nota é agradecer a minha designação como cidadão membro da CPCJ algo que aconteceu há uns meses, mas eu não tive oportunidade de agradecer e estou a fazê-lo agora. Portanto, eu sou membro da Comissão Alargada CPCJ, o que muito me honra essa designação.

O segundo ponto da minha intervenção é para lembrar e divulgar, uma iniciativa que vai acontecer precisamente no próximo dia 13 de Abril que a 3ª Caminhada Solidária.

A organização é do Agrupamento de Escolas de Aveiro, mas há também uma enorme responsabilidade nesta organização da CPCJ e tem, naturalmente, outras parcerias como são a Escola Secundária Mário Sacramento e a Junta de Freguesia da Glória/Vera-Cruz. Portanto esta iniciativa é uma iniciativa global é uma iniciativa que tem um objetivo muito nobre, que é precisamente a promoção da solidariedade já que a participação de cada aluno e de cada docente e até de não docentes, vai envolver a recolha de bens não perecíveis para três IPSS do concelho de Aveiro.

Portanto esta intervenção serve no fundo para lembrar esta iniciativa e convidar toda a comunidade aveirense para a sua participação. Muito obrigado Senhor Presidente."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados. Foi com agrado que ouvir o senhor Presidente falar de uma Comissão para

festejar o 25 de Abril, que por vezes é esquecido. Já tem sido esquecido nesta cidade e nós que nos arrogamos de que tivemos uma participação da nossa cidade, através dos Congressos da Oposição Democrática, ficamos satisfeitos por saber que isso vai acontecer.

E, de facto, só depois do 25 de Abril e que nós temos Assembleia Municipal. E, de facto, só a partir dessa data é que nós podemos estar aqui, cada um com sua ideologia, divididos entre Partidos, para podermos exprimir livremente a nossa vontade, o que pensamos sobre a cidade, o que pensamos sobre o Governo, o que pensamos sobre a vida — e todos os problemas que nós temos.

Realmente foi interessante (eu juro que não estava combinado nenhuma reunião familiar hoje, juro) porque aqui o deputado do PCP (que por acaso também é meu primo) que por sinal falou de uma pessoa que era o meu tio Álvaro Seiça Neves. Tio comum, aliás, e de quem nós, nos orgulhamos bastante, pela função que ele teve, determinante, e que nós temos (vão-me perdoar, eu não acho que seja uma pessoa vaidosa, mas nisso tenho que puxar um bocado dos galões) tenho muita honra em ser Seiça Neves, por ser de pessoas que desde há muitos anos, sempre foram da oposição, e comungaram dos princípios democráticos. Por isso, eu já tenho dito muitas vezes aqui que, a Liberdade é absolutamente fundamental. E quem não viveu com Liberdade por vezes não sabe dar valor àquilo que hoje temos.

O Congresso foi feito por um conjunto de homens e de mulheres que, depois, cada um partiu para o seu Partido após o 25 de Abril. A Liberdade não é de ninguém e é de todos. Havia unanimidade, havia unidade e vontade de mudar as coisas — e isso foi um exemplo. E é um exemplo que nós nunca deveremos esquecer.

Naquela altura, eu era muito jovem, eu estive no Congresso. E estive na abertura do Congresso. E lembro-me de ouvir a Maria Barroso, porque o Mário Soares não estava cá, o Salgado Zenha, o Sottomayor Cardia, bem como outros elementos — lembro estes que depois fizeram parte do Partido Socialista. Mas também lá estavam elementos do Partido Comunista elementos de outras fações que depois vieram dar origem aos vários Partidos que aqui temos.

Portanto, lembrar o Congresso acho que é importante para todos nós e para os Aveirenses é muito, mesmo muito importante.

Agora, falando de um assunto mais comezinho, mas não menos importante, que creio porque já estive ali a trocar umas impressões com o Senhor vereador Jorge Ratola que me informou e também até com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, A Rua Eça de Queiroz é a rua onde está o Tribunal de Família. Nunca me tinha deparado com esta situação, mas pelo mero acaso desloquei-me ao Tribunal de Família às nove e meia da manhã, fui lá tratar da minha vida, voltei, regresssei às dez e meia. Quando regresssei às dez e meia, estava Rua cheia de água!? Eu tenho umas fotografias para apresentar para a próxima peça para as apresentar ali, porque realmente aquilo era vergonhoso. Tão vergonhoso e tão caricato, que eu perguntei lá no Tribunal de Família o que é que se passava? Porque parecia que tinha havido alguma inundação especial. Mas quando chove aqui acontece.

Mas acontece que aquela rua foi à relativamente poucos anos que fizeram obras!? Não sei se o problema é relativamente a alguma coisa que diga respeito à Câmara ou se é de algum empreendimento particular. Mas aquilo é uma via pública, alguém tem que resolver o assunto. Ou então temos que ir para ali talvez com um barco moliceiro ou com uma boia, não sei. Mas aquilo não é bom é muito mau. É uma rua estreita, os carros passam e salpicam as pessoas, não podemos andar por ali. Disse"

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos os presentes. O tema neste período de antes da ordem do dia, gostaria de colocar uma questão relativamente à zona do Parque Desportivo de Aveiro.

É conhecida a intenção do Senhor Presidente tem em empreender algum investimento na zona e recentemente saiu uma notícia em que, a mesma citava que a Visabeira também tinha intenção de retomar eventualmente o projeto que esteve planeado e desenhado pela autarquia. É, portanto, a questão muito concreta, o que é que podemos esperar dali, quando, quanto tempo — o que é que cabe ao município e o que é que a Visabeira pretende fazer nesse sector. Obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

"Obrigado Senhor Presidente. Três notas apenas os outros ficam para o período do ponto primeiro. Face àquilo que a Virgínia Matos referenciou, dizer que, quem fez esse trabalho foi a que a municipal de Aveiro. E, portanto, é um bocadinho ridículo, perguntar à Câmara de Aveiro se conhece o seu próprio trabalho e a situação! Quem fez aquele trabalho não foi o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. O trabalho está no site, toda a gente o pode consultar. O relatório nacional que cadastra (arredondando o número) treze mil fogos em carência em Portugal, dos quais 227 são em Aveiro.

E, portanto, isto é um trabalho feito pelas câmaras municipais portuguesas e corrigido pelo IHRU e que tem dois objetivos. Um, que é realmente fundamental que é conhecermos a realidade. Um segundo, muito importante, que estamos a lutar por ele junto do atual Governo, luta essa liderada pela Área Metropolitana de Lisboa, mais propriamente pelo Presidente Fernando Medina, para que haja um novo Programa Nacional de Habitação. Com duas componentes. Uma componente de qualificação dos Bairros Sociais. Porque sendo verdade que os PEDU têm dinheiro para essa intervenção, é muito pouco em relação à necessidade — e a Área Metropolitana de Lisboa, não tem PEDU. E em Lisboa na Área Metropolitana a situação é particularmente grave porque não têm recursos financeiros dos fundos comunitários, para poderem intervir sobre, enfim, uma quantidade monumental — a maioria dos fogos estão nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

E nós, estamos obviamente também nesse trabalho, nesse lobby, porque Aveiro é de facto, em Portugal, um dos municípios com mais habitação social. Aveiro tem 1.200 fogos de habitação social. Nós normalmente não estamos no ranking dessas coisas, mas na Região Centro, somos o município número um em número de fogos sociais, são 1.200. Arredondando as contas, metade são da Câmara, outra metade são do IHRU. E, portanto, estamos nesse lobby com todo o empenho para procurarmos resolver este problema.

Aquilo que temos proposto ao Governo, eu próprio, como negociador no quadro da reprogramação do Portugal 2020, em nome da ANMP, tenho sugerido ao Governo a utilização de um programa nacional financiado pelo Plano Juncker, para haver condição financeira para resolvermos este problema, que em primeiro lugar é um problema de investimento.

Estamos nessa luta, o Governo já o assumiu de que está a estruturar um plano para o apresentar, aguardámos obviamente que ele seja posto em cima da mesa, para verificarmos da sua utilidade e da possibilidade de o utilizarmos.

Com um problema para Aveiro se o mecanismo for de empréstimo bancário. Na situação financeira em que Aveiro está, nós temos a nossa capacidade de endividamento bancário esgotada e, portanto, teremos sempre aí um problema. Mas, enfim, estamos no campo a verificar soluções a ver o que podemos vir a ter.

Portanto, conhecemos profundamente bem o processo. Foi um levantamento feito por nós. Sabemos também que a maior parte desses fogos estão em Bairros que, enfim, todos conhecemos e, portanto, é uma circunstância que temos como objetivo resolver. Só que estamos a falar de investimentos monumentais. As contas não podem ser só feitas ao fogo. Quanto é que se investe mais ou menos por fogo para resolver um problema destes. Os números hoje, em regra, um fogo de tipologia T2 de habitação social, deste nível de qualidade, enfim, referenciam-se como 100 mil euros para custos totais imputados a essa operação. Mas pronto, para termos noção de que estamos a falar, estamos sempre a falar de valores muito altos e que é preciso, de facto, uma capacidade financeira grande e uma capacidade legal. Porque no nosso caso, todos os casos cadastrados (e temos fixa de um a um) sabemos cada casa, cada família que lá está, tudo. Sabemos tudo sobre cada uma dessas situações.

Mas há outros problemas antes de fazer uma casa nova. São os problemas da ilegalidade destes fogos, são os problemas da propriedade dos terrenos onde eles estão (alguns com litigância entre utilizador e proprietário), são os problemas da infraestruturização dos terrenos para construir os fogos para substituir estes fogos, enfim há mil problemas.

Esta semana teve uma notícia que o Governo estava a preparar legislação para legalizar as ligações elétricas de casas clandestinas?! Fui eu o porta-voz em nome ANMP para lembrar o parecer da ANMP, que é absolutamente contra, porque obviamente é ridículo, o Governo, em vez de apresentar um Programa Nacional de Habitação novo ou em vez de arranjar solução legal e financeira, vai arranjar uma coisa que é negação da própria lei. As Câmaras, por exemplo, para não ser pormenorizado, têm que fazer uma declaração ao processo em como a casa reúne condições legais para poder ter uma ligação elétrica. Ora se obviamente a casa é ilegal não é possível fazermos uma declaração a dizer que ela reúne as condições legais. Além de outras coisas ridículas, como têm as câmaras pagar os ramais de privados aos fornecedores de energia.

Portanto, é uma, enfim, uma intenção do Governo que nós esperemos que não vá à frente. Repito, o parecer da ANMP é um parecer claro e frontalmente contra essa ideia. E usámos isso para relembrar ao Governo da importância e da premência do Programa Nacional de Habitação.

É um problema nacional, objetivo, que o temos que trabalhar e nós estamos empenhadíssimos nesse processo. E, de facto, é verdade que pertencemos ao grupo dos Municípios Portugueses com maior número de problemas. Nós estamos a investir 5 milhões de euros nos nossos Bairros. O IHRU tem que fazer investimentos, com dinheiro no nosso PEDUCA, de meio milhão de euros para qualificar o Griné e o Caião — e ainda não fez um risco de projeto. É uma das nossas pressões sobre IHRU dizer: façam o vosso trabalho, temos dinheiro para gastar, para qualificarmos no caso o Griné e o Caião, porque são bairros do IHRU e, enfim, esperemos que o IHRU também se ponha a trabalhar. Embora com delicadeza, porque mudou de presidente há pouco tempo, temos uma presidente nova no Instituto e, portanto, pressuponho que a pessoa também está a apanhar nas mãos uma instituição que é muito grande e que é muito complexa. Embora em Aveiro só tem propriedade, porque não liga nenhuma aos inquilinos que cá tem.

É mais ou menos como a Câmara de Aveiro até há 4 anos atrás. É senhorio e não quer saber do que se passa cá. Isso mudou radicalmente na Câmara. Hoje, a Câmara acompanha permanentemente os seus inquilinos, mas do IHRU continuamos na mesma.

O IHRU é uma instituição marginal. Completamente marginal à vida dos seus de inquilinos.

Portanto, seguramente, o Bloco de Esquerda pode dar aqui uma ajuda, com a sua influência no Parlamento, com a sua ministra sem pasta, Catarina Martins, para que, de facto, haja um Plano Nacional de Habitação. Estamos a lutar por ele com toda a força para darmos mais um passo. Foi dado um passo monumentalmente importante há 30 anos

em Portugal e, neste momento, é preciso dar mais um passo. São treze mil situações cadastradas, nominalmente, no que respeita à coisa física, e o que respeita ao indivíduo ao agregado familiar, que o utilizador destas habitações.

Ao Jorge Greno dizer apenas que a luta continua. O Governo é que se meteu num caminho errado. O Governo deu prioridade à qualificação da linha da Beira Alta. É discutível, mas é legítimo o Governo tomar a sua decisão. Nós fomos contra. Nós (agentes políticos e económicos do Centro e do Norte do país) e uma parte da Ordem dos Engenheiros também, fomos contra.

Mas pronto, o Governo tem toda a legitimidade. E, portanto, candidatou ao programa comunitário que financia estas matérias, que é o "Connecting European Facility" candidatou a linha da Beira Alta. Só que há um problema técnico. É que o Governo para fazer a linha da Beira Alta, tem de tratar primeiro da linha da Beira Baixa.

E neste momento, está-se a iniciar a obra com uma lentidão inenarrável de qualificação da Beira Baixa. Porquê? Porque para qualificar a Beira Alta é preciso desativá-la.

E para desativar a Beira Alta tem de estar ativa a Beira Baixa. E, portanto, é preciso que acabe a linha da Beira Baixa para começar as obras na linha da Beira Alta.

Neste momento, o grande risco que temos é que será muito difícil no atual quadro de fundos comunitários financiar a obra de qualificação da linha da Beira Alta, quanto mais chegar à segunda prioridade que o Governo também assumiu, embora abaixo, no nível de prioridade, que é a tal ligação nova, direta, Aveiro/Viseu.

E o tal ramal de Viseu que o Jorge falou é uma treta — isso não existe. Isso não serve para nada. Aliás, o próprio Presidente da Câmara de Viseu tem sido particularmente claro nas suas declarações públicas (e estamos absolutamente em sintonia os dois) para defender esta nossa tese.

Quem vai perder? Vai continuar a perder Portugal. A Espanha tem feito um investimento monumental em ferrovia. Usando bitola europeia. Porque há um outro erro nos investimentos portugueses e que têm anos. É que teimamos continuar com bitola ibérica, quando até a Espanha está a investir tudo aquilo que investiu nos últimos 10 anos, em bitola europeia.

Mas nós, não. Portugal teima em querer ser uma ilha ferroviária e qualquer dia só dá para chegar à fronteira e virar para trás, porque a bitola que Espanha tem é a bitola europeia. Até porque a lógica ferroviária é uma lógica de integração, nas redes europeias, e um dos problemas que os franceses usam para estragar a competitividade logística da linha ferroviária portuguesa e espanhola, é esperar. Esperar, por um motivo que é nosso. Que é termos que mudar de máquina, para seguirmos caminho por dentro da Europa.

Mas o segundo é, obviamente, a sua estratégia, para que se usem as operações francesas de transporte e não a portuguesa ou a espanhola e, portanto, os canais ferroviários em França, sistematicamente estão ocupados e os nossos comboios esperam dias, e dias, para poderem entrar nos corredores ferroviários franceses rumo ao centro da Europa.

Portanto é uma questão delicada. A luta tem que continuar, mas a verdade é que o Governo se meteu num caminho errado.

Nós combatemos a solução e a opção política e infelizmente, o tempo, apenas tem dado razão àqueles que lutaram perante o Governo dizendo que o caminho escolhido está errado.

Ana Seíça Neves, só queria dizer uma coisa sobre o Tribunal de Família, porque, de facto, a única patologia é que Tribunal de Família está no sítio errado. O Ministério da Justiça paga 1400 euros por mês de renda à Segurança Social, enquanto à Câmara Municipal de Aveiro, por usar o Convento das Carmelitas paga zero. E, portanto, a luta continua para que venhamos a ter o Tribunal de Família instalado como deve ser, sem pagar rendas a ninguém. Nomeadamente esta cena ridícula do Estado pagar rendas a si próprio, mas quando é a Câmara o senhorio, não paga e tem mil desculpas para não pagar.

E dizer que a água que se acumula, acumula-se muitas vezes, por força de uma circunstância que a nossa cidade ainda tem em muitos sítios, é que não há rede de águas pluviais. A obra que falou, foi uma obra privada, que construiu uma chamada "fossa sumidouro". Uma sarjeta que tem uma capacidade de carga que é limitada. A partir do momento que o solo encharca, aquela caixa que em situações normais recolhe água da chuva, em situações de ponta, não tem capacidade para recolher. Ela depois com o tempo vai saindo, porque como vê não vai nenhum camião tirar a água, ela vai saído. Mas com uma velocidade muito lenta quando acontecem picos de pluviosidade.

O que é que vamos fazer? Na obra que ainda há pouco falei nela, de qualificação das 5 Bicas, esta rua toda até ao seu cruzamento com a Avenida Santa Joana, vai ser completamente requalificada. E faz parte da requalificação a construção de uma rede de águas pluviais com capacidade de carga suficiente para, enfim, a pluviosidade que temos, que é cair muita água em pouco tempo, para que aquele problema seja resolvido, mas não é só por causa daquele problema é para que outras situações mais graves, de uma quantidade de água caia durante mais tempo, não leve a água a chegar mais longe do que aquele sítio ali fronteiro ao Tribunal de Família.

Portanto essa situação está perfeitamente cadastrada por nós, para que, nessa obra, também seja construída a rede de águas pluviais que, em definitivo, venha a resolver esse problema. Muito obrigado."

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 20FEV18 a 02ABR18.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[019](#)

"Muito obrigado. De uma forma breve, nós demos importância prioritária nesta informação a um ponto de situação, sobre os projetos e as obras em desenvolvimento e em concurso no nosso município. Como sabeis tivemos uma ação conjunta da Câmara com Assembleia, de visita ao nosso município, num sábado, para fazermos, enfim, também um melhor enquadramento dos colegas que estão a iniciar funções neste mandato, precisamente para darmos essa noção e fica sempre mais fácil quando se faz no local de uma fase muito importante da nossa vida que tem a ver com uma quantidade muito grande de projetos em desenvolvimento, de obras em curso que, obviamente tem muito a ver com o facto de estarmos, numa fase em que já foram desenvolvidos muitos projetos, muitos estudos, muitos concursos.

Estamos numa fase crucial de execução dos fundos comunitários do Portugal 2020, que são o alimentador principal destes investimentos em termos financeiros. E obviamente que motivará a que tenhamos, e vamos ter um ano de 2018 muito intenso em termos da atividade projetista e obreira. Obviamente que terá continuidade nos anos de 19 e de 20, por força do cronograma de execução dos contratos que temos com os fundos comunitários e obviamente também de outros objetivos que não são financiados pelos fundos comunitários, mas que são importantes e que os assumimos no caso da nossa gestão.

Portanto, este momento foi escolhido por nós, para fazermos este ponto de situação com estas várias aplicações. Sabendo que e elas são também um incentivo à participação de toda a gente e aquilo que nós fizemos com a semana PEDUCA é apenas um episódio, concentrado numa semana no caso, de um trabalho que fazemos diariamente em relação a

todos os projetos que temos em desenvolvimento, para que eles consigam resolver bem os problemas que temos cadastrados, consigam atingir os objetivos fixados por todos, de qualificação dos nossos espaços urbanos e isto obviamente, é feito com a mesma intensidade, quando estamos a falar do centro da cidade ou quando estamos a falar de um projeto, por exemplo, que ninguém fala, e que nos está a dar um tremendo trabalho que é a qualificação da Rua Direita de Verba, para resolver os problemas graves de concentração de água na plataforma rodoviária. Apenas porque passa-se lá pouco (e é bem mais grave do que acontece à frente do Tribunal de Família) e levarmos finalmente o gás natural, num acordo que temos já fechado com Lusitânia gás à povoação de Verba, porque obviamente também tem direito a ter gás natural, como a esmagadora maioria da população do nosso município.

Obviamente, que o cadastro desses problemas surge em virtude de uma Câmara atenta, de uma Câmara dialogante com os cidadãos, para cadastrar os problemas e procurar resolvê-los. Sabendo que, obviamente, temos capacidade de os resolver, mas obviamente temos que fasear isso, temos que projetar, temos de negociar com outras entidades, como é o caso deste investimento ou como um outro que também atrasámos (atrasámos aqui na parte boa da palavra), em São Bernardo, que descobrimos que há 300 metros da rua Cónego Maia e da rua Cega, um bocadinho de cada, que não têm rede de gás natural e, portanto, nós não podemos numa zona tão densamente povoada como é São Bernardo ir fazer uma qualificação urbana que vai ter uma vida, enfim, de duas décadas talvez, e fazer de conta que não encontramos uma coisa inacreditável de que há 300 metros daquela rua que não tem rede de gás natural. E portanto, fomos negociar com a Lusitânia gás, chegámos também a acordo, como chegámos para Verba e, obviamente, o projeto teve de se atrasar um bocadinho, como é evidente, para integrar esta componente. Mas vai integrar esta componente.

Um outro que também decidimos atrasar, embora esse ainda não fechámos o acordo com a Lusitânia gás, que é em Eixo a zona de qualificação da zona central de Eixo, nas imediações da Igreja, porque também detetamos que não há rede de gás natural e também achamos inaceitável que não tenha rede de gás natural naquele sítio.

Apenas aí a análise de mercado da Lusitânia gás não foi tão interessante para eles, obviamente estamos a falar do grupo Galp Energia e, portanto, ainda não está fechado esse compromisso, mas obviamente é nossa convicção que o vamos conseguir fechar para fazermos qualificação urbana completa com qualidade e não andarmos daqui a bocado a furar outra vez, aquilo que vamos agora qualificar de forma plena e completa.

Portanto esta é uma dinâmica forte, que temos em curso, que já começou obviamente no mandato anterior com a contratualização das verbas, seja as do pacto para a coesão do desenvolvimento territorial da Região de Aveiro, no quadro da CIRA, seja as verbas contratadas no nosso PEDU, no nosso PEDUCA, que são os dois bolos principais, sabendo que há outras operações que temos em curso, nomeadamente, para financiar intervenções de requalificação de bairros sociais, que ainda estão em apreciação as candidaturas desde Novembro do ano passado sem qualquer passo, porque há problemas burocráticos em relação à entidade intermédia ou ao chamado organismo intermédio, que tem que dar parecer formal vinculativo — Autoridade de Gestão do Centro do Programa 2020 que nos tem de aprovar a candidatura que, além do mais, já tem adjudicação feita e está em ato preparatório para envio para o Tribunal de Contas.

Portanto é uma dinâmica forte, intensa, esta que estamos a viver e assim vai ser, obviamente, no quadro das definições que temos no nosso Plano e Orçamento.

Estamos executar no quadro da nossa revisão orçamental que não é muito relevante na matéria da substância política, porque as definições das opções políticas de afetação de recursos estão feitas no Plano e Orçamento, nomeadamente na coluna das verbas a definir, porque era previsional o saldo que temos. E, portanto, é toda esta operação que

está em curso, que está no terreno, nos quatro cantos do nosso município hoje — e obviamente assim vai ser, com grande intensidade, durante todo este ano, e durante os anos de 2019 e de 2020.

Vamos ver em que é que dá a reprogramação do Portugal 2020. Há uma negociação em aberto (é público) com o Governo. Está a correr mal porque dos 3 mil milhões de euros, de montante da reprogramação, o Governo apenas tem afetados 200 milhões para os municípios, sendo que metade desses 200 milhões, não é afetação adicional é reafetação de verbas já afetadas. E, portanto, a ANMP não aceita que fique com um bolo de 100 milhões, em 3 mil milhões, como é particularmente óbvio. Sabendo que são os Municípios que qualificam as extensões de Saúde que são do Ministério da Saúde; as escolas EB 2/3 e Secundárias que são do Ministério da Educação; e os Monumentos Nacionais que são do Ministério da Cultura.

Portanto é uma grande operação está em negociação. Ainda internamente, já a iniciar na próxima semana com negociações formais, que se iniciam entre o nosso Governo e a Comissão Europeia, havendo expectativas, obviamente que temos, e esse processo vai continuar em aberto, para que haja mais disponibilidade de recursos financeiros para afetarmos aos importantes objetivos de que os municípios são gestores.

Uma nota que queria deixar para o 25 de Abril para as nossas atividades, que é voltar a convidar, como fizemos no passado e há dois anos, os autarcas para correrem a corrida do 25 de Abril. Nós entendemos que a corrida é um desporto popular, faz bem à saúde, pode ser feita a caminhar por quem tiver incapacidade de correr a uma velocidade mais alta. Não há tempo limite. Podemos estar a com a meta aberta até ao fim da tarde, embora a prova seja de manhã e, portanto, fica o convite a todos — é um exercício de liberdade.

É a nossa forma que instituímos de comemorar o 25 de Abril, com liberdade, na rua, convivialmente, porque aqueles atletas que levam a prova a sério são uma pequena minoria. A esmagadora maioria de nós vamos numa componente lúdica ou libertária para comemorarmos o 25 de Abril. E obviamente e muito bem, está tudo acordado que o nosso Presidente da Assembleia Municipal, que por sua iniciativa e que a Câmara tem o maior gosto de ser parceira, depois nos encontramos aqui nesta sala, num ato mais formal, mas primeiro vamos correr em nome da Liberdade, quer chova, quer faça sol. Porque a Liberdade não se limita a condições climatéricas mais ou menos desfavoráveis. Além obviamente do apoio e da cooperação que temos com outras instituições da sociedade civil, assim chamada. Ainda amanhã também aqui estaremos nesta sala e no Museu da Cidade precisamente a comemorar o Congresso da Oposição Democrática, com uma conferência e com uma exposição, com todo o gosto, porque unidos venceremos a luta continua e a democracia precisa de todos nós, ativos e atentos para fazermos uma democracia mais forte e mais saudável, um Município de Aveiro e um Portugal, mais competente e mais capaz de dar qualidade de vida a todos os seus cidadãos. Aqueles que optam por residir aqui, aqueles que optam por trabalhar e aqueles que optam por aqui passar algum do seu tempo de lazer e de cultura. Isso para nós obviamente é uma honra grande. Mas é também para nós uma enorme responsabilidade que nos motiva a cada dia a fazer mais e melhor pela nossa estimada terra. Muito obrigado."

Presidente da Mesa:⁰²⁰

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados municipais, Senhor Presidente de Câmara e demais presentes. Apenas quatro o cinco questões que o PCP gostava de lhe colocar neste ponto.

A primeira prende-se com o facto de nesse comemorações do dia da freguesia, o Senhor Presidente Câmara, referiu-se à renovação da extensão de Saúde de São Jacinto a até ao final de Abril. Valha a verdade é que, não há expectativas de que essa situação, de facto, se venha a confirmar, e as notícias que nos chegam são de uma situação de facto muito negativa para a população do ponto de vista do acesso à Saúde, visto que a Médica que eventualmente se encontra lá, tem um conjunto de horários e além de ser apenas uma Médica, para aquela extensão, naquela circunstância, não dá uma resposta aos problemas que ali estão e que carecem de resposta.

Portanto os tempos de espera são muito grandes, as pessoas dirigem-se ali às seis da manhã na expectativa consultas, horários e dias de atendimento aparentemente um pouco incertos. Há, portanto, uma situação aparentemente muito desagradável e que portanto era importante que a Câmara Municipal de Aveiro desenvolvesse esforços no sentido de minorar os problemas.

Segunda questão, também relacionada com a população de São Jacinto e com a vida daquela freguesia e que nos preocupa muito, prende-se com a situação do ferry.

A notícia que o ferry está para reparação há mais de um mês, não havendo portanto conhecimento de uma previsão para o seu funcionamento.

Ora, sucede que, atualmente, a ligação é feita por uma lancha sem as condições necessárias do ponto de vista do transporte e de acolhimento de pessoas idosas, deficientes, ou outras de mobilidade reduzida. Bem como a lancha usar o cais de embarque com uma segurança reduzida.

É também, queixa frequente, o facto e apreensão a situação da navegabilidade daquela lancha e da sua segurança, visto que aqueles que eram os mestres mais experientes saíram, estando outros mestres, com menos experiência e menos certificação profissional, ali operar, por vezes, em turnos de 12 horas.

Portanto, é uma situação que nos preocupa. E depois há outro problema que também é notícia, que se prende com a chegada e a inexistência por vezes de autocarros, havendo três horários que se concentram num, com as consequências arrepiantes que isso pode causar no dia-a-dia das populações.

Senhor Presidente de Câmara, outros assuntos. Também temos notícia e é de conhecimento, os problemas de trânsito que se verificou na estrada N109, nomeadamente na ligação desta para a Portucel. Bem sabemos que há uma obra, uma obra difícil, pesada, mas há ali problemas que se arrastam no tempo e que precisam e necessitam de uma resposta pelo impacto que estão a ter na vida dos trabalhadores e das populações, que à hora de ponta por ali se deslocam.

Senhor Presidente de Câmara, a propósito da AveiroBus. O PCP denuncia e já o fez publicamente, o facto de haver trabalhadores daquela empresa, nomeadamente condutores, que estão a ser sujeitos a horários brutais. Chegam a fazer 14 horas de trabalho. 14 horas em que se inclui, por exemplo, os tempos de pausa e os que lhe são associados — portanto há horas suplementares de carácter obrigatório.

Esta é uma situação que objetivamente coloca em perigo a circulação dos autocarros e os seus dos passageiros. Temos também conhecimento de autocarros que circulam sem aquecimento e sem as melhores condições para transportarem, nomeadamente a entrada se carrinhos de bebé, pessoas de mobilidade reduzida e ainda idosos. Situação que se agrava num contexto em que é de conhecimento público e notório, que houve um aumento de tarifas sem que houvesse, portanto, necessariamente melhorias na qualidade e nos tempos de resposta dos autocarros.

Senhor Presidente, terminava esta intervenção, com uma circunstância, uma questão de pormenor de forma, mas apesar de tudo e em política e nas instituições públicas a forma tem algum relevo.

De facto, a Câmara Municipal de Aveiro, e julgo que não é apenas uma opinião nossa, deve-se pautar por independência, imparcialidade, devendo reduzir os seus conteúdos à informação (eventualmente pode ter um outro espaço de opinião), mas tendo essa mesma informação deve ser assumida como tal e deve ser até assinada.

Ora, no nosso entendimento, a Câmara Municipal de Aveiro, no site, deve-se abster de textos, terminarem com, por exemplo "o ano 2017 teve uma importância capital para a gestão da Câmara Municipal de Aveiro e para a vida dos municípios de Aveiro, recebendo por isso, um balanço muito positivo" Este é um tipo de texto que, na nossa opinião, não deve estar nos textos autarquia. A informação deve ser objectiva e não fazer ela própria se o balanço é positivo ou é negativo. Isso fazemos nós e os vários eleitores e as populações na sua observação do dia-a-dia. A Câmara deve ser objetiva no seu tratamento. Tenho dito."

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

" Senhor Presidente, neste ponto número um da ordem de trabalhos, gostaria de começar por abordar uma questão que se pretende com as intervenções que a Câmara vai fazer nas diversas Unidades de Saúde — que todos concordamos muito necessitam de diversas obras de melhoria.

No entanto, neste momento na cidade de Aveiro, o problema das Unidades da Saúde vai muito além dos edifícios e prende-se com a incapacidade de resposta que está a ser dada aos utentes nas diversas unidades do nosso concelho.

Hoje vou referir-me em concreto à situação da Unidade de Saúde de Nossa Sra. Fátima, onde neste momento aceder à prestação de cuidados de saúde tem sido um verdadeiro desafio para a população que lá permanece inscrita.

Neste momento, a Unidade tem apenas um médico a prestar serviço uma tarde por semana, com consultas marcadas na hora, por ordem de chegada, obrigando os utentes a esperar horas para conseguirem uma consulta. Isto quando houver funcionária administrativa para efetivar as marcações das consultas, o que nem sempre acontece.

Os restantes dias da semana, é indicado aos utentes podem procurar atendimento em Eixo e Nariz, que são as Unidades que complementam aquele polo agrupado.

Não nos podemos esquecer que, a distância física entre estes locais é considerável.

O argumento do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo-Vouga, para manter a organização desta forma, é o facto do número de utentes inscritos não ser elevado?! Mas não estão a ter em consideração o facto de há vários anos o número de utentes estarem a reduzir por eles estarem a reduzir a capacidade de resposta às necessidades dos utentes, obrigando as pessoas que podem deslocar-se a procurar médico de família noutras unidades de saúde. Os que permanecem em Nossa Senhora de Fátima, fazem-no por não terem opção, pois não têm como se deslocar para outros locais.

Gostaria de questionar o Sr. Presidente se já abordou o ACES Baixo-Vouga no sentido de pressionar para tentar solucionar esta situação?

E se os utentes nos restantes dias da semana em que têm de ir procurar as unidades de saúde de Eixo e Nariz, quais as medidas que tem em conta para solucionar os problemas dos transportes públicos, que não fazem estas ligações entre estas Unidades.

O Senhor Presidente na sua comunicação, anuncia, já o anunciou anteriormente, que é a medida do passe integrado entre a Transdev e a AveiroBus, para facilitar os utentes nas suas deslocações — que é uma medida que nos parece bastante pertinente pois somos a favor da inter-municipalidade dos transportes.

No entanto há ainda vários problemas no funcionamento das linhas urbanas da AveiroBus. Refiro-me especificamente às queixas que o Bloco recebeu de utentes da linha 3 que é a linha que faz Aveiro/Taboeira/Cacia. Esta linha é uma linha que é escolar e

portanto termina o seu percurso na EB de Cacia, mas como é habitual acontecer com os autocarros, nos períodos das férias escolares, o autocarro deixa de fazer a carreira até ao final da linha e deixa de ir até à escola. Isto obriga que os utentes que utilizam esta linha, mas que não são alunos, pessoas que estão na área da escola, a caminha cerca de 2 Km de distância, da última paragem do autocarro e o sítio para onde vão.

Os utentes desta linha necessitam que a mesma se mantenha em funcionamento durante o mesmo percurso todo o ano. Apesar de sabermos que para a empresa não é tão lucrativo fazer a viagem completa não tendo os alunos em época escolar, mas lembramos que o acesso à mobilidade é um direito social.

Fomos contactados também por diversos utentes das linhas 1, 2, 3 e 4, do percurso aqui dentro da Cidade, para que seja colocada uma paragem na entrada da Rua Nova (na Avenida do ISCAA), pois quem necessita de aceder ao Centro de Saúde de Aveiro tem de apelar em frente ao ISCAA e para quem tem de se deslocar ao Centro de Saúde é uma distância considerável para quem tem dificuldades de mobilidade. As pessoas solicitaram que mencionasse a possibilidade de uma paragem na entrada da Rua Nova.

Por último gostaria de dedicar uns breves momentos à semana PEDUCA. Foi um acontecimento que nos absorveu a todos no final do mês de Março. E começar por dizer que, qualquer iniciativa que visa a promoção da participação dos cidadãos na vida do município é de saudar e consideramos que esta deve ser uma prática a manter.

Pessoalmente, fiquei um pouco desiludida com o conteúdo de algumas apresentações, que foram pouco esclarecedoras em relação aos projetos a desenvolver.

Refiro-me em particular ao projeto para a Avenida que, seria de esperar que estivesse mais avançado em termos conceptuais, uma vez que já tem uma empresa que foi num concurso adjudicado (pelo menos foi o que percebi) o desenvolvimento desse projeto. Estava à espera de perceber um pouco mais sobre o projeto da Avenida. A Senhora Eng.^a tocou alguns pontos, mas que para mim é necessário esclarecer. Por exemplo a questão dos polos da Avenida! Falou dumhas praças, mas depois não entrou no assunto, não deu explicações, e portanto não consegui perceber o que é que têm em mente?!

Lembro-me que na altura o Senhor Presidente falou sobre o Rossio, sobre a necessidade de revitalizar aquele espaço tão central na nossa cidade e de o transformar num cartão-de-visita, uma porta de entrada na cidade, mas o Rossio não está neste rol de obras do PEDUCA. Está! Então existe já algum projeto em desenvolvimento para o Rossio?"

Vogal Carlos Anileiro (CDS)⁰²⁴

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{02c5}

"Muito obrigado Senhor Presidente. Do relatório da Actividade Municipal do período em análise, salientamos os excelentes resultados conseguidos quanto ao número de espectadores no Teatro Aveirense e de visitantes no conjunto dos museus geridos pela Câmara Municipal, o que prova que a política cultural da Câmara que está a ser de sucesso e de cada vez mais pessoas visitam estes espaços e assistem a exposições.

Mas merece especial destaque, em nossa opinião, a Semana PEDUCA.

Aveiro vive, com este conjunto alargado de projectos e de obras a concurso ou já em execução, uma época como há muito não se via.

Com a semana PEDUCA, chegou a altura de dar a conhecer aos aveirenses como será a cidade depois da conclusão deste conjunto vasto de obras.

É natural que nem todos percebam e estejam baralhados com o que se está a passar. Afinal as eleições foram apenas há meio ano e nesta altura o mandato do executivo municipal deveria ser de completo marasmo no que a obras diz respeito.

Mas em Aveiro isso não acontece, e a oposição usa todos os argumentos para tentar que a Câmara não cumpra os seus objectivos. Quando não havia obras, criticavam porque não

havia obras, não se preocupando sequer com os motivos que levaram a Câmara a conter a sua actividade nessa altura.

Agora que há obras, dizem que os projectos devem ser discutidos, maturados, cozinhados em banho-maria e atrasados qb, como se diz na culinária, para que apenas sejam executados mais perto das eleições — e nessa altura possam vir acusar o Executivo estar preocupado com executar obras com fins eleitoralistas.

E quanto à discussão dos projectos, não me recordo de no passado ter sido pedida a opinião aos aveirenses sobre as cores do estádio ou o se túnel da avenida Dr. Lourenço Peixinho devia curvar para a esquerda ou para a direita, mas isso é certamente esquecimento meu.

O que talvez seja bom recordar aqui e agora é que, em Aveiro, o Partido Socialista ganhou as eleições autárquicas pela última vez em 2001. Há quase 17 anos. E recordar também que o Partido Socialista já deixou de governar os destinos do nosso concelho há mais de 12 anos, ainda que por vezes sejamos levar a crer, quando os ouvimos, que ainda não o perceberam.

E, se quando o Partido Socialista em Aveiro era poder, o usou da forma que entendeu, agora que é oposição podia, e devia, mostrar que tem alternativas às propostas que o executivo municipal põe em prática. Mas quanto a alternativas concretas, até agora nada vimos ou ouvimos.

O que o Partido Socialista precisa de perceber é que quem governa também tem os seus projectos e a sua forma de exercer o poder. E que a maioria que os aveirenses concederam à Coligação Aliança com Aveiro é a prova que é este estilo e modelo de governação que interessa à população, e que vai levar a que a cidade e o concelho de Aveiro sejam aquilo que todos desejamos. Disse."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

"Senhor Presidente, não era isto que eu gostaria de estar a falar. Mas é recorrente nesta Assembleia passar-se a vida a dizer que o Partido Socialista não colabora, não dá opiniões, foi o Governo a não sei quantos anos, e é assim: eu tenho que fazer aqui assim um parêntesis. Isto não estava no meu programa dizer isto, mas vou dizê-lo.

O CDS nunca foi Governo a não ser com o PSD quando o PSD ganhou as eleições, mesmo a nível nacional. O PSD nunca foi Governo na autarquia a não ser quando se coliga com CDS, porque em termos percentuais é mais pequeno.

É lamentável. Porque nós na Assembleia queremos fiscalizar, pois é esta a nossa missão. E nós temos dificuldade em fiscalizar o que se vai fazer. Nós queremos que se faça obra, sim Senhor. Queremos. Queremos que se façam alterações quando é necessário fazer alterações. Mas gostamos de participar nessas coisas. Os senhores normalmente não fazem isso connosco!? Os senhores quando nós chegamos aqui com uma proposta do mais insignificante que possa ser, que nós entendemos que é importante, sistematicamente os Senhores dizem que não. Isso não é exercer a fiscalização de que estamos incumbidos nesta Assembleia.

A nossa função aqui, à semelhança dos partidos que apoiam a Câmara, é aprovar ou desaprovar, mas não estar a dizer que não ou a dizer que sim a tudo o que aqui se passa. É lamentável.

Eu gostaria de participar numa Assembleia mais democrática. Em que todas as pessoas tivessem o mesmo direito e todos os projectos pudessem ser escrutinados da mesma maneira — coisa que não é.

Eu gosto imenso do deputado Jorge Greno, mas não concordo minimamente com aquilo que acabou de dizer. Vêm com as coisas habituais que é "ministra sem pasta" que é o "ministro sem pasta". Não. Os Ministros do Governo todos têm pasta e são sustentados

por uma maioria. Ah, vocês não gostam, mas é o que temos. Os senhores também já lá estiveram e foram apoiados por outras forças que também nós não gostávamos. Como diz o outro "temos pena". É o que temos. Vamos mas é trabalhar para fazer da sociedade uma coisa melhor do que andarmos aqui todos a dizer que é assim porque é deste partido ou é assado porque é do outro.

O Partido Socialista está aqui por direito próprio. Foi votado, tem aqui elementos, estamos dispostos a colaborar. Agora não estamos dispostos a apresentar projectos que permanentemente sejam postos de lado só porque somos nós a apresentar.

E temos a maior consideração pelo Senhor Presidente da Câmara e pelos Senhores Vereadores e por quem aqui está a trabalhar a sério.

Posto isto, eu vou a questões mais comezinhas. Olhe Senhor Presidente, peço desculpa de me dirigir diretamente ao Senhor Presidente da Câmara, mas para dizer o seguinte. Eu conheço Verba, conheço Nariz, não conheço apenas a Cidade de Aveiro.

Em Verba há uma rua que por não ter canalização ou não ter aquilo que deveria ter, sistematicamente causa inundações nos terrenos adjacentes. Portanto ainda bem que também está de acordo, que também tem conhecimento disso, esperemos que brevemente em Nariz também se façam essas alterações.

E aproveito para lhe fazer duas perguntas muito rápidas. É verdade que o Tribunal de Família não tem grandes condições, todos nós concordamos com isso. Foi feito naquela altura e bem, porque não tínhamos um juízo de família.

Espero, espero, e tenho a certeza, de que o Senhor Presidente irá fazer tudo para arranjar um sítio para o Tribunal de Família, mas que o Juízo de família de Aveiro não saia de Aveiro. E que muito brevemente tenhamos notícias do Juízo de Comércio irá voltar a Aveiro— que é aqui o sítio dele e não em Anadia.

E eu acho que estamos aí todos estamos de acordo. Aqui não há Partido Socialista nem Partido Social Democrata nem coisa nenhuma. Há unicamente o interesse Aveiro.

Relativamente à Atividade Municipal e a minha observação sobre os Museus, dizer-lhe que com estes brilhantes resultados eu sou um bocado crítica em relação aos resultados. Na medida em que as pessoas visitam os museus, exatamente porque há um número substancial de turistas que nos visitam. E, nomeadamente o Museu da Cidade fica mesmo junto ali junto ao Rossio e, portanto, é muito fácil, as pessoas chegarem ali irem ver.

É evidente que haverá iniciativas, mas não serão só as iniciativas que têm promovido este enorme número de pessoas para visitarem os Museus. Portanto, ter feito essa conclusão parece-me que não é adequado. Tenho dito."

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

"Senhor Presidente, Senhores deputados, duas notas prévias e depois três assuntos.

Primeira nota prévia prende-se com a intervenção do deputado Jorge Greno. E eu queria deixar três notas. A primeira é que o maior crítico dos anteriores mandatos liderados pelo CDS e pelo PSD, a par com o PS, foi o atual Presidente da Câmara de Aveiro.

Aliás, não se coíbe de fazer essa crítica de inoperância e de incapacidade, mesmo perante o próprio deputado Jorge Greno e o atual Vereador Miguel Capão Filipe, que exerciam o mandato como Vereadores nesses mandatos.

Em segundo lugar, queria dizer também, que o Estádio Municipal de Aveiro foi objeto de discussão nos órgãos autárquicos, com votação e deliberação por unanimidade, por todas as forças políticas.

E, em segundo, a legitimidade democrática não se confunde com a incapacidade ou capacidade de propositura das oposições e sua capacidade de fiscalização.

Os senhores fazem o vosso trabalho, nós fazemos o nosso. E o que era importante é que na medida do possível, haja denominadores comuns na defesa dos interesses de Aveiro — e

que todas as vozes possam ser pelo menos consideradas. E, como disse a Dr.ª Ana Maria Seíça Neves nem sempre isso acontece.

Três assuntos. Semana PEDUCA. A Semana PEDUCA tem uma virtualidade que é procurar potenciar a participação dos cidadãos. Só que tem três pecados originais. Esta semana PEDUCA peca por tardia, já devia ter sido feita pelo menos há mais de um ano. Os projetos que estão contemplados nesta agenda já foram candidatados a fundos comunitários há muito tempo e, portanto, as ideias sobre, muito bem preparados "preparados" há muito tempo para essas candidaturas. E, portanto, as ideias subjacentes às intervenções que se queriam fazer já deviam ter começado a ser discutidas.

Segundo. Falha no essencial. E o essencial são as duas obras que são fundamentais para o município e para a cidade. Falha na discussão dessas obras e falha na informação que devia ser prestada — e estou obviamente a falar da Avenida Lourenço Peixinho e do Rossio.

O PS participou na Semana do PEDUCA. Eu tive ocasião de visitar a exposição, aliás, a exposição é itinerante, mas a exposição está incompleta.

E quando fui visitar a exposição, deparei-me com a inenarrável situação, de ter percorrido, Totem a Totem e os ter fotografado todos, para não errar, no que aquilo que aqui vou dizer, à procura da intervenção que ia ser feita no Rossio — e não está?!

Visitei no hall de entrada na Fábrica Jerónimo Pereira Campos e os funcionários que iam a passar, eu conheço-os, naturalmente, e a informalidade e as relações que tenho permitiram perguntar-lhes se tinham conhecimento se estava, alguns deles até andaram à procura comigo e também não encontraram. E alguns disseram "provavelmente foi por esquecimento". Não sei se foi senão. O que é certo é que não está.

E a informação da Avenida Lourenço Peixinho é absolutamente incipiente?! Aparece um pequeno esboço, as duas rotundas e dois parágrafos de informação. Aliás, a intervenção supostamente da apresentação da Avenida Lourenço Peixinho é absolutamente incompleta para não dizer mais do que isto.

E por isso, acho que foi um logro nesse aspeto. Que é um aspeto que nós reputamos de essencial. Aliás, também no que se respeita à audição de algumas forças vivas da cidade, não só os partidos políticos, como também os cidadãos individualmente considerados, e por aquilo que pudemos ir acompanhando, há questões que deviam ser mais bem ponderadas. Nomeadamente no que se refere às questões ligadas à mobilidade e à mobilidade suave.

E aqui entronca de uma forma absolutamente decisiva a informação que devia ser prestada sobre o Rossio. O requerimento que o Partido Socialista remeteu a Câmara Municipal e que o Senhor Presidente, na última sessão, disse até um pouco extemporaneamente, que iria responder por escrito, julgávamos nós, era a expectativa que tínhamos, que teríamos essa informação da parte da Câmara para já a poder discutir depois da Semana PEDUCA. Aliás, ela devia ter vindo antes para podermos estar municiados dessa informação — e ela não chegou.

E, portanto, do nosso ponto de vista, a Câmara Municipal, esconde aos Aveirenses, repetida e reiteradamente, informação essencial sobre aquilo que quer fazer no centro da cidade e que compromete decisivamente o futuro coletivo para algumas décadas.

Segundo assunto. Prédio da Avenida. O esqueleto que há anos perdura, no coração da cidade, e que foi objeto de uma tentativa de resolução nos mandatos do Dr. Élio Maia e que motivou inclusivamente uma crise política entre o PSD e o CDS à época, com a retirada de pelouros a um Vereador e depois a uma outra Senhora Vereadora.

Eu queria deixar clara uma situação. Estamos no âmbito da revisão do PDM. Eu espero que, no âmbito dessa revisão, não se procure legalizar uma ilegalidade e perpetuarmos uma nódoa no coração da cidade. Aquele prédio com a cércea que lá é visível hoje, não está de acordo com o regulamento do PDM que a lei — e é por isso que está embargado

há tantos anos. E eu espero que, através do Plano não se venha a legalizar aquela nódoa que está na Avenida Lourenço Peixinho e se tenha a coragem de se resolver da forma como deve ser resolvido.

Terceiro e último ponto. A Comunicação do Senhor Presidente, a propósito de obras em dois Parques Escolares, refere que a Educação é uma prioridade da Câmara Municipal, porque visa a reconstrução e a intervenção física nas escolas e a melhoria das condições físicas das escolas.

Não há ninguém que esteja em desacordo em melhorar as condições físicas dos nossos parques escolares, para proporcionar às nossas crianças e jovens, boas condições de aprendizagem. Mas senhor Presidente, nós aqui temos uma divergência de fundo que a legitimidade democrática nos permite aqui afirmar e, portanto, é uma diferença que nos distingue da direita, de dizer que esse não é, porventura, o essencial de uma política pública de Educação.

Nós entendemos, mas não percebemos como é que se intervém fisicamente no Parque Escolar, sem se prover a uma revisão profunda da Carta Educativa?! Onde, dados fundamentais, para uma intervenção correta, no Parque Escolar deviam ser prioridade. Por exemplo, o número de alunos, a tendência demográfica, enfim, e uma série de outros parâmetros que uma revisão da Carta Escolar implica.

E também entendemos que a valorização de todos os atores sociais que trabalham na escola deviam ser valorizados a começar pela reunião periódica do Conselho Municipal de Educação.

E que fosse verdadeiramente um fórum de discussão de política pública de educação em que todos os atores escolares estivessem, do mesmo lado, com objetivos comuns e não uma forma casuística e errática que não leva a resultados objetivos palpáveis e que sejam sustentáculo de uma política pública de educação boa para o nosso município.

Estas são do ponto de vista da Educação duas diferenças fundamentais nos distinguem do Governo do PSD e do CDS. E com isso gostaria de terminar a minha intervenção. Muito obrigado."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

"Boa noite Senhor Presidente, boa noite colegas de bancada e desta assembleia. Eu vou falar em relação ao PEDUCA, para dizer essencialmente que, se temos um papel de vigilância só será possível vigiar o que se vê. E o PEDUCA foi uma montra que não quis mostrar grande coisa.

Dizia o Senhor Presidente na sua intervenção que o objetivo do PEDUCA é agir de acordo com os objetivos fixados por todos, ouvindo todos. Eu devo dizer que foi conflagrador a falta, o nível a que o esclarecimento foi feito, mas também, a falta de tempo que houve ouvir as pessoas. Mesmo assim, ficou claro que existem racionalidades diferentes, relativamente ao que se quer da Avenida.

E eu concentro-me na Avenida, mas podíamos falar da via clicável para a Universidade. Estas racionalidades diferentes e o apelo que eu faço ao Senhor Presidente, mais do que tudo, é que seja capaz de arranjar um espaço para o encontro destas racionalidades diferentes.

E porque não sei se isso vai existir esse momento, deixo aqui a minha racionalidade sobre aquilo que eu acho que são os pecados capitais daquela incipiente intervenção. Não é uma condição necessária o sacrifício do eixo-central da Avenida, para o alargamento dos passeios. E por isso, entender isso dessa maneira, é uma questão de pouca racionalidade. Por outro lado, não é princípio atuar numa Avenida centenária com base numa solução rodoviária.

Em todo o lado, as pessoas estão a lutar por criar coisas que nós temos na nossa Avenida, que não existem noutros lados porque foram escavacadas por soluções parecidas com aquelas que se propõe e que dão vida à Avenida, unicamente o que precisam é de serem valorizadas. E nada têm a ver rapidez tráfego ou com condições de mobilidade viária, mas têm a ver com entropia. E se nós formos ao centro de Tóquio, ao centro de Nova Iorque, e muitos outros centros em Inglaterra, nada tem a ver com isto — dá vontade de rir mesmo. The Guardian tem uma publicação no dia 29 que vale a pena ver, de como renasceram Avenidas, por causa de intervenções não de desentropia, mas de boa entropia, que permite que as pessoas olhem para as fachadas, e tenham uma visão menor de carga de tráfego, de capacidade de condução de tráfego e mais da capacidade de permanecer na Avenida, de viver na Avenida. De irem ao talho onde hoje vão, mas que hoje vão com a vontade e com a pressa de irem para casa, ficarem com a vontade de ficar no banco que fica ao lado.

Finalmente, escavar uma Avenida centenária que é património de todos nós e que tem valor turístico, já percebi que não é preocupação partilhada. A intervenção do Jorge Greno é uma intervenção que mostra que está confortável. E por isso, enquanto estiver confortável por ter dado, por ter permitido, que a Avenida tenha deixado de ser o Boulevard que hoje é falaremos mais tarde.

De qualquer maneira o meu apelo é que haja a oportunidade do encontro das racionalidades.

E o Rossio, com a afirmação do Senhor Presidente de que vamos poupar 3 milhões na Avenida, a pergunta que fica é: quanto é que vamos gastar no Rossio?

Porque até agora ficou sempre sonogada a informação do que é o Rossio, o que é que vai ser — e ele é um projeto PEDUCA que está lá inscrito. Disse."

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[02c9](#)

"Brevemente, Senhor Presidente. Se calhar o meu o meu grupo parlamentar não vai ter tempo para depois fazer o contraditório na resposta do Senhor Presidente, mas devo dizer o seguinte. Na comunicação escrita que faz e até na comunicação que vai fazendo ao longo do município, evidentemente que o sector do Turismo é um sector essencial para o desenvolvimento do município. O Senhor Presidente diz isso e bem e procura fazer isso e bem.

Mas a minha pergunta tem a ver com o que é que Aveiro foi fazer em concreto à BTL? Aparece uma fotografia nos jornais, com o Senhor Presidente e o Presidente da Região de Turismo do Centro, sim senhor, CIRA também eventualmente se terá feito representar, não digo que não. Mas há uma série de municípios que marcaram presença de maneira individual. O Senhor Presidente da Câmara, quando foi presidente da Câmara de Ílhavo, pelo menos um ano, quando eu estive na Região de Turismo Rota da Luz, Ílhavo tinha um stand autónomo, tenho ideia disso, não tem certeza.

E, portanto, a pergunta que lhe fazia muito concreta é qual foi, qual foi a aposta do município na BTL? E qual foi a qual foi a perspetiva e a forma de encarar a BTL?

Ou só foi atrás das missões que fazemos parte, que também fazem a divulgação do município, admito que sim, mas não ponderou ou se pondera uma atitude mais pró-ativa em relação ao que é a promoção do município?

Porque pelo tenho visto o Senhor Presidente já no Boletim por exemplo, gasta muito dinheiro porque está com bom papel e nem sequer sabemos quantos exemplares e que são feitos. Admito que sejam muitos e admito que a distribuição muito essencial. Mas pronto, era a pergunta que gostava de lhe fazer."

Vogal Sara Tavares (PS)[030](#)

Vogal Carlos Morgado (PS)[031](#)

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

"Muito boa noite a todos. Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento toda Assembleia. Só duas notas que se prendem efetivamente com as intervenções, com as obras, que estão descritas na comunicação escrita do presidente. E em que muitas delas são na freguesia que presido. Obras que eram necessárias há muito tempo, nomeadamente as da Quinta do Cruzeiro, uma obra complicada, uma obra muito problemática, mas que estamos aos poucos a ver no terreno e a ver que as coisas vão aparecer.

De facto, eu há pouco assisti aqui a um debate e realmente isto é a câmara onde o debate deve acontecer. Mas quando ouvi alguém e foram alguns que falaram em projetos, ainda não houve qualquer projeto que tenha vindo aqui à Assembleia para ser discutido pelas bancadas. Estamos apenas a falar de pequenas alterações, algumas situações de regulamentos e pouco mais. Mas pronto, enfim, temos aqui, por exemplo, o caso que eu estou a falar da Quinta do Cruzeiro que é um caso gravíssimo com décadas, que tem o problema e já que estou, já é o segundo mandato enquanto Presidente de Junta e tive um enquanto membro desta assembleia, não me recordo nunca de esse assunto ter sido debatido aqui. Se calhar não é um problema, mas para quem lá mora é um problema. Para mim enquanto Presidente de Junta é um problema. E, portanto, deixar esta nota de que, de facto, estou a ver no terreno, que as coisas estão a acontecer e que não é preciso haver eleições. Que as coisas fazem-se quando é possível e quando, de facto, se tem vontade. Quando não se tem vontade faz de conta que se faz e empurra-se para a frente o problema. E este é, de facto, um caso de empurrar para a frente com a barriga e esperar que quem venha feche a porta.

Em relação ao PEDUCA também congratular-me com o facto de poder haver a possibilidade de os cidadãos se manifestarem. Não estamos a falar em projetos fechados. Eu estive em Esgueira na apresentação e os cidadãos tiveram ocasião de poder manifestar-se, de darem os seus contributos, houve da parte do projetista e do Senhor Presidente a flexibilidade de ouvirem e, portanto, de poderem apontar e registar os contributos. E se isto não é participação pública, se isto não é participação cívica, pronto, não sei que a participação cívica. Se calhar é mesmo andar a escrever naquilo que nos interessa que é quando não queremos escrever no Facebook ou num Blog isso sim, se calhar, é isso que é a participação cívica.

Mas, enfim, como estamos em democracia tudo é possível. Eu também concordo que sim é para isso que serve a Internet e é para isso que servem as os novos meios que temos. No entanto, também penso que temos que ter alguma calma, quando dizemos que isto não é participação. Se calhar não estava lá tudo. Se calhar não percebemos tudo. Mas os projetos não estão fechados estão em consulta. Por isso eu acho que é de louvar esta semana do PEDUCA, onde todos podemos dar os nossos contributos, pudemos começar a conhecer o projeto, e podemos falar dele. Porque se não conhecermos na sua essência no seu cimento, não é possível falar. Falamos daquilo que não sabemos e depois dizemos assim umas coisas que às vezes nos deixam a todos um bocadinho admirados.

Já agora deixar aqui outra nota referente à visita dos autarcas. Eu penso que foi uma boa iniciativa. Tenho pena que de facto não tivesse havido a participação de todos, porque se calhar seria mais fácil e menos complicado falar das coisas. Porque se ouvissem a falar delas, diretamente, pela boca do Senhor Presidente e se estivessem no terreno, se calhar agora não era tão difícil perceber alguns projetos e perceber porque é que eles estão agora e não estiveram antes.

Portanto, deixar aqui esta nota. Em relação ao alojamento também fazer aqui uma referência da parte da Câmara Municipal, com a família que ficou desalojada no incêndio da Bela Vista. Essa disponibilidade e a celeridade com que as coisas aconteceram dentro do possível, portanto, deixar aqui esta nota muito positiva. A família foi alojada pela

Fundação CESDA, com disponibilidade para isso, mas nunca foi esquecida nem pela Junta nem pela Câmara. Nomeadamente pela Câmara que assim que pôde até acompanhou sempre o processo para resolver a situação. Eram estas as notas. Muito obrigado."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

" Como é a minha primeira intervenção enquanto Presidente de Junta, cumprimento todos os deputados na pessoa do nosso Presidente, Luis Souto de Miranda, e também cumprimento todo executivo na pessoa do nosso Presidente Eng. Ribau Esteves.

Pegando nas palavras da minha ilustre colega, Dr.ª Ângela, efetivamente nós começamos a ver no terreno, não é nas redes sociais, é no terreno. E quanto a isso entendo que é aqui o momento para reconhecer publicamente o excelente trabalho que a Câmara tem desenvolvido, que o executivo camarário tem desenvolvido, neste 1º semestre. E que se analisarmos este relatório de atividades conseguimos compreendê-lo. Pelo temos uma Câmara que cumpre pontualmente os compromissos assumidos nos protocolos celebrados com as Juntas.

Temos uma Câmara que se esforça e que tenta competir e cumpre os compromissos eleitorais.

Temos uma Câmara que se coloca como parceira das Juntas e que demonstra uma principal e relevante preocupação com todas as freguesias.

Falo por mim, falo por Aradas. Mas penso falar também pela maioria dos meus colegas Presidentes de Junta.

E é de facto de relevar neste relatório a extensa obra já em curso para um 1º semestre. E que tanto beneficiou as freguesias da nossa cidade.

Quanto a Aradas, realço, como não posso deixar de realçar, a reabilitação da USF de Aradas, tão desejada quanto necessária. E, portanto, é efetivamente de realçar esta obra, é de realçar a intervenção na Capitão Lebre, é de realçar o projeto em curso da Rua Direita, tão necessário para permitir um melhor bem-estar na deslocação das pessoas. Aliás, se analisarmos todo o relatório atentamente, percebemos que a obra é muito extensa e que vai por toda a cidade, mas que sai e extravasa os limites da N109.

E como muito bem disse Senhor Presidente, em tempos, é para construir um "Aveiro grande". Um Aveiro grande que conta com todas as freguesias, inclusivamente com freguesias, como a que tenho a honra de presidir, que é Aradas, não tão central, mas efetivamente vemos que a obra acontece e não acontece só aqui nas freguesias da Glória/Vera Cruz, presidida pelo Senhor Fernando, mas acontece também nas freguesias mais limítrofes.

E se dúvida tivéssemos quanto a isso, poderíamos também ter verificado quem foi e quem participou na visita que Ângela também tão bem falou, a na visita em que se deu nota a todos os que foram e que participaram, que a obra não é apenas aqui. A obra é por todo o nosso concelho.

Por fim, entendo ser ainda de realçar, já não falando mais na semana PEDUCA, porque tantas intervenções já houve esse respeito e tão boas, referir a celebração do protocolo de cooperação com os nossos Bombeiros, das corporações de bombeiros que desenvolvem trabalho nobre, notável, de socorro, de apoio à nossa população.

Enquanto Presidente de Junta tenho que reconhecer isso, tenho que enaltecer a celebração desse protocolo e apoio da Câmara aos nossos Bombeiros. Disse."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

"Muito boa-noite. Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento também os restantes colegas de Assembleia Municipal. Eu relativamente a este ponto 1 que está em discussão, dizer que é o segundo relatório de atividade que que recebo, representa 41 dias de atividade e arrisco-me dizer que é mais do mesmo — no bom sentido.

O que este relatório demonstra em minha opinião é dinamismo muito grande na ação do executivo. Quer na parte de divulgação, quer na área de execução de obras, de lançamento de projetos e, portanto, em relação a isto só posso estar satisfeito.

Acho que todos nós entramos aqui num patamar que interessante apreciar e é democrático e é positivo. Que é um patamar em que já não estamos a pedir que se faça a obra, já estamos a discutir os pormenores das obras, os contributos dos diferentes partidos. Eu acho que isto é de tudo positivo, significa que de facto há muita coisa a acontecer. Há muita ação a decorrer e isto acontece em diferentes domínios, em diferentes áreas, e eu não me querendo repetir relativamente àquilo que já disse na última assembleia, que começa precisamente com a requalificação dos edifícios de habitação social no Bairro de Santiago, um investimento de 1,8 milhões de euros. É algo de dimensão e muito expressivo. Portanto quando se referiu há bocadinho aos dois projetos estruturantes ou mais importantes que são o Rossio e a Avenida, eu acho que este projeto é um projeto também com muita expressão. Porque não só inclui este investimento, como uma parte de requalificação do Jardim que já está praticamente concluído, os 55 apartamentos que já foram qualificados e, portanto, tudo isto tem muita importância. Desde logo e em minha opinião, porque, por exemplo, durante a campanha eleitoral ouviu-se muitas vezes falar das questões da coesão social. E eu pergunto-me se isto não é um enorme contributo para a coesão social então o que é que é?

Estamos a falar precisamente das pessoas mais desfavorecidas e que todos nós certamente, quando acabamos a Assembleia vamos para nossas casas, no conforto das nossas casas, estas pessoas vão para o desconforto das suas casas. E, portanto, isto para dizer o quê? Quando, por exemplo, ouço o Bloco de Esquerda aqui a congratular-se com a divulgação e a promoção das atividades que estão a ser desenvolvidas pela Câmara, nomeadamente quando se referiu à Semana PEDUCA, eu também gostaria neste caso, em obras tão importantes e para pessoas desfavorecidas, que houvesse uma palavra também de reconhecimento porque acho que é de todo justo para com este executivo.

Em 30 anos, nunca ninguém fez lá nada. E neste caso o Executivo está a fazer uma obra.

Em 30 anos, nunca aconteceu lá nada, agora está a acontecer.

Estes domínios em termos de intervenção. Esses domínios do ponto de vista da intervenção, acontecem nesta área social, acontecem na área de educação, onde se pode ver. É claro que muitas das coisas mencionadas neste relatório são coisas que estão a acontecer e, portanto, é natural que elas surjam novamente neste relatório que é aqui mencionado. Mas na área da Saúde com as Unidades de Saúde, a Requalificação Remodelação, Mobilidade, a parte Economia e Turismo, o Parque de Ciência e Inovação que foi inaugurado, tudo isto são efetivamente acontecimentos muito importantes.

E agora, eu permitia-me para terminar e pegando um bocadinho nas palavras da senhora deputada, que eu acho que tem razão neste sentido: nós temos de vir para aqui fazer a fiscalização da atividade da Câmara, mas, acima de tudo e como de a minha colega Ângela, também apresentar soluções.

E eu gostava mais da parte da oposição, digamos, de ouvir também um conjunto de propostas, que mostrassem claramente quais são as diferenças do ponto de vista de política para o município. E vou pegar aqui num exercício que aconteceu há umas semanas, algumas assembleias municipais atrás, exatamente, porque um dos traços também da ação deste executivo, prende-se precisamente com a questão ainda (que é

continua) das contas, das finanças do município. E, nomeadamente, do saneamento da dívida do município que é muito grande.

Eu estive na semana passada com o vereador da Câmara do Porto que me disse que, neste momento, a dívida da Câmara do Porto é de 10 milhões de euros?! Eu achei o número demasiado baixo, mas 10 milhões de euros veja o que é dívida de uma Câmara como o Porto e o que é a nossa dívida.

Portanto, nós temos um longo caminho ainda por fazer. E numa das últimas intervenções que fizemos aqui relativamente a esta questão da dívida, recorde-me que o Senhor deputado Francisco Picado mencionou que, uma das propostas do PS, era ver o prazo de pagamento do FAM reduzido. Eu admito que sacrificando algum do investimento o município o iria fazer. Não sei, porque aí não foi explicitado, mas eu pressuponho, que essa era a intenção.

E eu, deixem que vos diga o seguinte: eu refleti sobre esta situação e eu não posso concordar com isto de forma alguma. Porque é assim, a responsabilidade da dívida de uma Câmara que estava desgovernada não era deste executivo. O grosso da dívida não foi concebido por este executivo nem pelo anterior. Bem podemos ter divergência do ponto de vista de opinião, mas aí o melhor é pegar nos factos.

Isto para dizer: acham que é legítimo que uma Câmara que começa a sanear as contas do município, que se lhe peça para dilatar no tempo os investimentos que a cidade precisa? Isto é justo? Quer dizer, quem vem arrumar a casa é pedido para não fazer investimento, não ajudar o desenvolvimento da cidade nestas áreas todas. Eu acho que isto é que são as tais diferenças políticas que devem aparecer e devem ser discutidas para enriquecer todo o debate democrático que se faz aqui na casa. Tenho dito."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁵

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

"Boa noite a todos. Neste ponto da atividade municipal, neste período, apraz-me registar em nome da bancada PSD o grande empenho do executivo nas obras.

Obras em estudo, obras em projeto, obras em execução. Obras a serem levadas a cabo. Não é na campanha eleitoral, mas começadas após as eleições. Obras onde o PEDUCA foi a aposta clara a levar a cabo e que esperamos ajudar a levar a bom porto para bem dos aveirenses.

De registar também que o caminho, as obras e as apostas nos projetos, mais não são que a conjugação do PEDUCA, dos financiamentos comunitários e dos compromissos eleitorais assumidos entre a Aliança com Aveiro e os cidadãos do município de Aveiro, visando trazer para Aveiro uma melhor qualidade de vida, com apostas fortes nos transportes, no centro coordenador de transportes, na saúde, na educação, e em toda a rede viária.

Nesse âmbito gostaria também de registar a visita organizada pelo executivo, aberta a todos os autarcas do concelho, às obras e alguns projetos em curso. Uma ação aberta e participada por quem quis e por quem pode estar. Dar uma nota positiva desta ação do executivo.

De registar também a semana PEDUCA e toda a sua envolvência do conhecimento, debate e ideias. O documento distribuído sobre a atividade municipal mostra-nos e lembra-nos a nós, mais a uns que outros, mas a todos as obras que são levadas a cabo para bem da qualidade de vida dos aveirenses.

Sobre a Feira de Março. O Partido Socialista até hoje não tinha falado. Logo para nós está a ser um êxito.

É uma aposta e tem apostas deste executivo sem ideias da oposição. Ideias que nenhuma deu nesta matéria.

Este executivo criou o Dia da Família na Feira de Março, os Domingos sem bilhete. Concertos com mais e melhor qualidade; bilhética só nos dias dos concertos; mais expositores; mais visitantes; mais divertimentos; plano de segurança em todo o recinto; plano de segurança fora do recinto; placa central livre de automóveis que nunca tinha existido. Existe por motivos de segurança.

E quanto à segurança. Há dias tivemos um limite de bilhetes, lotação esgotada. A lotação esgotada. Dizer que a lotação esteve esgotada por motivos de segurança. E na Feira de Março os bilhetes não são vendidos para espetáculos musicais. Os bilhetes são vendidos com lotação para a Feira de Março, para a zona dos divertimentos, para a zona de exposições e para a zona gastronómica para a zona das instituições e para a zona também dos espetáculos musicais.

E sobre a Feira de Março, caros colegas, não quero aqui lembrar a posição do Partido Socialista aquando da primeira Feira de Março organizada por este Presidente de Câmara. Onde o presidente do PS da altura, tudo, mas tudo fez, para que a Feira de Março desse ano corresse menos bem, corresse mesmo mal.

Sobre as Unidades de Saúde. Sobre as Unidades de Saúde tendo este executivo investido muito financeiramente na recuperação e melhoramento das instalações de quase todas as unidades de saúde do concelho, fomos alertados por algumas populações de várias freguesias sobre a escassez de recursos humanos existentes nessas mesmas, nomeadamente o pessoal médico.

Já indaguei da parte do Senhor Presidente, se tem conhecimento desta ausência de recursos humanos, destas dificuldades sentidas pelos cidadãos do município nas unidades de saúde. E se tem o que nos têm a dizer?"

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰³⁸

"Senhor Presidente, o regimento tem uma norma para defesa da honra e da consideração. Da honra não sinto, mas para defesa da consideração. O regimento tem uma norma de defesa da honra ou da consideração, na honra não fui, mas visto que fui evocado, pois eu era o Presidente do PS na altura dos factos a que o Manuel Prior se referiu.

Muito breve então. Ó Senhor deputado Manuel Prior pelo contrário! O Senhor Presidente Ribau Esteves, Presidente na altura do seu primeiro ano chegou com muitas ideias aqui a Aveiro. No início logo do primeiro ano. E aventou (ou então a comunicação social traduziu mal) a ideia de que iria mudar a Feira de Março. Mudá-la substancialmente.

E, portanto, a primeira luta foi explicar ao Eng.º Ribau Esteves que a Feira de Março era uma Feira com 500 anos e que é cum património ativo dos Aveirenses.

E a seguir não foi problema nosso. Houve uma série de confusões e por isso é que o PS falou tanto da Feira de Março na altura, porque houve pedras, houve diretos televisivos, etc. Não está com certeza a dizer que foi o PS que contribuiu para isso?

Foi uma situação absolutamente lateral, que depois o Senhor Presidente conseguiu resolver e evidentemente que este ano a Feira de Março está a correr bem, a do ano passado já correu melhor, mas naquele ano não correu bem.

Mas em 500 e tal anos história é normal que haja umas edições que corram mal ou bem ou menos bem. E, portanto, nunca houve essa intenção por parte do PS nem minha enquanto Presidente do PS na altura como afirmou. E daí que lhe queria explicar isto para que percebesse."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁹

"Ó Senhor deputado acho que as minhas palavras são tudo menos ofensivas! E penso que na altura as que proferiu também não foram ofensivas. Mas na altura queria lembrar-lhe Dr. Pires da Rosa, que na altura, ele não era deputado, mas ia regularmente a um programa da rádio onde iam os partidos e ele disse claramente nesse programa da rádio

(que ainda há poucos dias eu estive a ouvir novamente) que este Presidente de Câmara o que queria era vir para Aveiro acabar com a Feira de Março.

Na altura houve diferendos graves entre os representantes dos divertimentos e a Câmara e o PS o que na altura fez, com um comunicado escrito, foi claramente atirar gasolina para a fogueira, querendo ser uma parte do problema e não nunca uma parte da solução. Essa Feira de Março desse ano, lembre-se o Senhor deputado, foi também um êxito. Foi nesse ano que foi criado o "dia da família" onde foi alterada a bilhética, e onde foi criado os dias dos espetáculos e só nessas a pagar bilhete. O Senhor na altura foi contra isso até invocou um regulamento e a ilegalidade. Isso tudo. Nesse ano o PS/Aveiro foi um problema para a organização da Feira de Março."

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁴⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴¹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

"Muito obrigado Senhor Presidente. É sempre bom termos uns momentos de boa disposição aqui na Assembleia. E esses momentos são particularmente úteis para o PS, porque o Partido Socialista, perante aquilo que está a acontecer neste início de segundo mandato do Senhor Presidente da Câmara, o Partido Socialista está a ficar muito nervoso. Percebo, eu percebo. Percebo algumas das atitudes que têm tomado nos últimos tempos, nomeadamente, a não apresentação de ideias e de projetos quando elas estão à discussão. E a sua substituição por conferências de imprensa a dizer que vai fazer isto e aquilo em vez de apresentar os projetos onde tinha obrigação de os apresentar. Isso é que talvez seja uma boa imagem do nervosismo que o PS tem. Percebe-se, estamos a fazer obras, é uma chatice pá, porque é que veem agora fazer obras. É uma chatice.

Bem, relativamente à discussão do PEDUCA, eu só pude participar no primeiro dia, porque foi objeto de um atropelamento por uma das obras do regime socialista quando estive na Câmara Municipal em Aveiro e, portanto, não fiquei em condições de continuar a participar.

Mas deixe-me dizer-lhes o seguinte: na ação em que eu participei, toda a gente que quis intervir, interveio! E deixem-me dizer-lhes mais uma vez que eu não ouvi intervenções da parte do Partido Socialista com sugestões acerca daquilo que estava a ser dito.

Ouvi muitas críticas sobre projetos que estão na sua fase inicial e, portanto, estão completamente abertos. Isso ouvi. Agora intervenções a dizer que em vez disso se faça aquilo, não! Não ouvi rigorosamente nenhuma. Da informação que eu tenho também não foi lado nenhum que isso tivesse acontecido. Certamente na semana PEDUCA que o PS vai organizar e que agora já não é tardia porque é organizada pelo PS, se formos nós a organizar é tardia, nessa semana certamente que surgiram muitas ideias que não surgiram momento próprio. Eu ainda estou esperançado que, quando chegarmos aqui à discussão na assembleia municipal de assuntos mais concretos, que elas surjam. Mas não devemos perder a ideia de que, pelo menos é essa a ideia com que eu fiquei, era uma semana aberta, era uma semana aberta mesmo para se dizer aos projetistas, não estou de acordo porque é que o Senhor não faz aquilo em vez daquilo que está aí a propor.

E já agora, como nós todos temos conceitos certamente muito diferentes do que é a velocidade, sim do que é a velocidade, eu em tempos que já lá vão, fiz todo terreno de mota, pronto já não posso contar as minhas aventuras senhor presidente, vou-me calar."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴³

"Senhor Presidente muito obrigado. Eu quero começar pela Feira de Março para garantir a todos os nossos clientes, aos que já lá foram, já o viveram, e aos que lá irão até ao 25 de

Abril, todas as condições de segurança que um evento desta elevadíssima responsabilidade tem. Aquilo que a Sara Tavares fez aqui é aquele exercício à PS. Que é dizer bem na introdução para dizer mal na saída.

E, portanto, dispense os seus parabéns, meta-os no lixo, porque de facto pôr em causa a segurança de 22 mil pessoas que estiveram naquela noite na Feira de Março é da sua parte um exercício absolutamente absurdo, irresponsável, e que lança sobre os próximos dias da Feira suspeitas. Que é que o PS quer? Porque de facto vocês dão-se mal com a positividade. Vocês dão-se mal com o sucesso. Vocês têm que andar sempre a ver onde é que há uma nódoa negra mesmo que seja num lençol branco muito grande — e eu respeito-vos. Só que se querem de facto serem responsáveis têm que tomar uma decisão. A nossa Feira não tem nenhuma fragilidade de segurança. A tenda leva 7 mil pessoas. O espaço exterior agregado que é servido nos espetáculos maiores por um video-wall que transmite em direto o que está a acontecer dentro da tenda, tem um espaço para 8 mil pessoas. Com totalíssima segurança. E, portanto, como naquela noite, sabíamos que a esmagadora maioria das pessoas que iam à Feira iam para ver o "Kevinho", nós decidimos, embora não cumprimos o número que as autoridades policiais nos sugeriram, porque enfim, elas sugerem, mas quem manda somos nós, fomos bem acima do número que as autoridades policiais nos sugeriram (não sei se assistiram à chegada do Kevinho ao aeroporto de Lisboa) nós tomámos uma decisão responsável de chegar a um ponto e dizer "tem mesmo que parar". E devo dizer que foi muito desagradável falar com os jornalistas, com centenas de pessoas que ficaram à porta a reclamar porque não puderam entrar. E havia espaço para entrar especialmente para aquelas que diziam que não iam ver o MC Kevinho que e vinham comer uma fartura — claro que havia espaço. Claro que havia espaço. Mas como nós sabíamos que a esmagadora maioria dos nossos clientes daquela noite era para ir ver aquele espetáculo, na zona do espetáculo há objetivamente um limite em nome da segurança dos que lá estão.

E portanto Sara, aquilo que disse é um exercício à PS. Demagógico. É daquela gente que dá parabéns para dizer mal e é por isso que eu dispense os seus parabéns. Embora está convidada para voltar a Feira de Março em qualquer dos dias que temos até ao dia 25 de Abril, garantindo-lhe eu toda a segurança, com toda a tranquilidade do mundo, desde o momento obviamente a Sara e os nossos clientes façam a sua parte como é evidente. Há um contributo individual de cada um para que tudo corra bem na Feira de Março, como não podia deixar de ser. E dizer-lhes também que quanto aos gostos da Dr.^a Ana Maria Seíça Neves, que é uma coisa que eu respeito imenso, como é evidente, aliás eu gosto imenso dela, como ela bem sabe, é bom que tenhamos consciência que quando eu aprovo (e sou eu que aprovo) o cartaz da Feira de Março, aprovo com base numa sugestão da minha equipa liderada pelo meu adjunto e os meus conhecimentos musicais não são cem por cento e, às vezes aparecem uns artistas que eu não conheço. E foi o caso. Mas fui investigar antes de decidir, até porque o orçamento era muito alto, mais ou menos um bocado mais do dobro do segundo mais caro, e quis saber quem era o artista. E percebi, não tendo eu o mínimo interesse em ler as letras do artista, que a sua monumental popularidade, de facto, era para nós uma excelente operação de marketing para a Feira de Março.

Nós temos o Correio da Manhã e a CMTV como nossos média-partners pela primeira vez. Fizemo-lo para quê? Para levar a Feira de Março a novos públicos. A outros públicos. No ano passado trouxemos a Paula Fernandes, que não tem nada a ver com o MC Kevinho, a ideia é trazeremos outros públicos.

De facto aquilo que estamos a fazer na feira de Março e mudar. De facto, quem conheceu a Feira de Março de há 4 anos atrás e quem conhece neste tempo, de facto, sabe que a Feira de Março mudou mesmo. Aquilo que nós assumimos como objetivo, estamos a cumprir e cada vez mais a Feira de Março não é a Feira aqui da malta de Aveiro e da

região para nos irmos lá divertir, é um evento de importância nacional que nós vamos continuar a investir nele, para que ele seja cada vez mais uma bandeira do calendário de Aveiro para que ele seja atrativo.

Por exemplo, em termos de gosto, já agora senhora doutora, o meu concerto preferido foi da segunda-feira de Páscoa, com o nosso Kit Carlos, o nosso João Claro, os Ganda Malucos e o Nelo Monteiro. Isto de gostos cada um gosta como bem entende e viva a democracia. E é isso que nós também tentamos ter. É um cartaz diverso para quem gosta e quem não gosta, para nós alcançarmos muitos públicos — este é o nosso objetivo. Mas todas as questões de segurança estão devidamente cuidadas.

Ao Filipe Guerra só dizer que (o Manuel Prior também falou nisto), nós temos um problema de Médicos no nosso município, como toda a gente sabe. É um problema muito grave, complexo — aliás, é muito importante que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda nos ajudem. Porque é um problema do Governo do país. Nós, nas zonas do município que não são cobertas por Unidades de Saúde Familiar temos problemas complicadíssimos. Porque de facto aquele modelo que o ministro Correia de Campos criou bem, quando eu lhe perguntei Ó Senhor Ministro, então quando a vontade dos Médicos parar e tivermos dois modelos de USF e Extensões de Saúde à moda antiga (UCSP) como é que vai ser? Vão ficar os bons nas USF e os não bons nas Extensões de Saúde. Dizia-me o Correia de Campos, na altura eu era coordenador da área da saúde na ANMP, Não se preocupe senhor presidente, nessa altura o modelo vai passar a ser obrigatório.

Mas como o modelo nunca passou a ser obrigatório, em São Jacinto, em Fátima, em Requeixo, em Nariz, em Eixo, em Eirol, não há USF.

Portanto temos atualmente um problema grave de qualidade. Leiam o relatório. Está na página do ACES Baixo-Vouga. Temos um problema grave de qualidade dos Serviços de Saúde. Mais. Não podemos admitir que no nosso município tenhamos duas das melhores Unidades de Saúde Familiar do país (o rating é do Ministério da Saúde) que é a USF de Santa Joana, mas também temos do pior de UCSP. Ministério da Saúde é o mesmo.

É urgente é absolutamente urgente que o Ministério da Saúde resolva esta verdadeira vergonha. Eu estou a falar do município de Aveiro, não estou sair. Embora temos que agradecer a ajuda que nos dá a Torreira, do município da Murtosa, para termos médico e são Jacinto.

O Médico de São Jacinto reformou-se e até hoje o Ministério da Saúde não meteu lá Médico nenhum. E vem para aqui a senhora Virgínia e o Filipe a falar de São Jacinto! Mas está a gozar com quem? O Filipe, faz favor, diga ao Ministro Sem Pasta Jerónimo, para arranjar um Médico para São Jacinto.

Só temos é que agradecer à equipa da Murtosa que nos faculta algumas horas da Médica, com uma ameaça de que a capacidade da Senhora Doutora de fazer o serviço está a chegar ao limite, porque o Ministério da Saúde ainda não pôs lá um Médico que tem que pôr e que já devia ter posto.

Portanto deixemo-nos de circo e ajudem vocês que governam hoje o país, a resolver estes problemas graves. Trabalhamos com o Doutor Pedro Néilson, temos um excelente Diretor do ACES Baixo-Vouga. Trabalhamos horas juntos, presencialmente ou por telefone, temos compromisso de investimento que a Câmara assume, mas que ele não consegue que o Ministério da Saúde assuma, mas de facto é preciso acabar com a demagogia que vocês sistematicamente cultivam e resolver objetivamente os problemas.

Os problemas de Fátima são recorrentes. Não é de agora! É mês sim mês não. A Junta de Freguesia de Requeixo/Fátima/Nariz faz emails para o ACES semana sim semana não a lutar por este problema. E nas semanas de intervalo estou eu a tratar do assunto.

Portanto o Partido Socialista, o Bloco Esquerda e o Partido Comunista, deixem-se de demagogia e de circo e resolvam os problemas do país e de Aveiro que são da sua responsabilidade.

Nós fazemos trabalho de influência política. Eu sou membro da Comissão Executiva, do ACES Baixo Vouga em representação dos municípios da Ria (a última reunião faz hoje duas semanas) e isto é tema obrigatório nas reuniões. Mas não tenho Médicos, não tenho Orçamento, não tenho autorização, não tenho não sei o quê.

Eu digo, é pá você tem de resolver o problema. Até já lhe dei n ideias. Uma, por exemplo, pedir ajuda ao diretor da USF de Santa Joana que, enfim, se aceitar estender a sua área de influência, pode também ajudar-nos — e estamos a falar de gente do melhor que Aveiro tem, do melhor que o país tem, obviamente estou a falar de profissionais.

Portanto esta é a dinâmica da operação e esta é a necessidade de uma atitude séria e construtiva de quem tem responsabilidades nos dossiers.

O ferry está apontado regressar no próximo dia 13 de Abril. O nosso ferry começa a ter questões de vitalidade mais complicadas. Ele tem que ir de dois em dois anos, um mês a doca-sêca e cada vez que lá foi (esta é a terceira vez que vai connosco) mais problemas e mais demorada é a estadia. Nós já estamos a trabalhar num novo ferry. Já temos estudo prévio, estamos neste momento em fase de projeto, porque de facto um dia destes temos uma surpresa, que é ficar definitivamente sem ele. E, portanto, é o que está apontado com duas semanas de atraso, porque ele era para ter entrado em operação, no final nos últimos dias do mês de Março, mas, enfim, não foi tecnicamente possível. Mas ele está a trabalhar com uma empresa nossa com grande qualidade, que faz estas operações já com alguma regularidade.

Quanto à AveiroBus. A AveiroBus está bem. Há pequenas notas que vamos recebendo e eu peço ao Bloco de Esquerda, quer o PCP, algumas notas que nos façam chegar através de email, não esperem pela Assembleia, mandem um mail com essas notas para nós podermos o mais em tempo possível analisá-las e trabalhá-las com a empresas para irmos melhorando todos os aspectos, que não as questões dos trabalhadores porque ainda agora a ACT fez uma inspeção à AveiroBus e o relatório foi clarinho — as coisas estão a ser devidamente cumpridas.

Quanto aos elogios ao nosso trabalho, olhe Filipe, isso é que eu não sei fazer de outra maneira. Enquanto eu for um gestor sério e tiver consciência que o nosso trabalho tem qualidade vou dizer bem dele. Não vou deixar de ser um gestor sério. Mas no dia em que debaixo dessa seriedade eu achar que estamos a fazer um mau trabalho, nesse dia renuncio ao meu mandato e vou-me embora.

Não me verão ser Presidente da Câmara de Aveiro a fazer uma avaliação negativa do meu trabalho. Nesse dia renunciarei ao meu mandato e vou-me embora.

Agora assim como é democrático em oposição evidenciar aquilo que acha que está mal, também é democrático, quem é poder evidenciar aquilo que acha que está bem. Por mais que um bem e o outro mal sejam absolutamente discutíveis. Aliás, façam o exercício de analisar o que é que faz o Governo da nação e quanto dinheiro investe a dizer bem de si próprio e vai ver que é tão legítimo aquilo que nós fazemos, como faz o Governo, embora o façamos muito mais barato.

Senhor Presidente peço desculpa: "Ó senhor Presidente há pessoas que estão sempre a falar e isso causa-me um estrago na minha cabeça monumental haver uma pessoa desta assembleia que está sistematicamente a falar. Acho que é uma falta de respeito, nomeadamente pela minha saúde mental. Ainda por cima é uma pessoa de voz grossa e peço que isto termine de uma vez. Isto acontece desde o início da Assembleia, salvo quando ele está a falar, isto tem de facto de acabar. Peço desculpa por esta nota, mas é excessivo o que o Dr. Pires da Rosa sistematicamente faz em todas as reuniões."

Mas prosseguindo, queria deixar a seguinte nota. A semana PEDUCA foi o terceiro exercício de comunicação do PEDUCA. O primeiro foi em Dezembro de 2016, o segundo foi em Julho de 2017 E o quarto há-de ser ali entre o final de Setembro e o início de Outubro de 2018. É uma operação aberta e uma operação em curso. Nós não fazemos as semanas para ouvir os cidadãos, nós ouvimos os cidadãos todos os dias. Trabalhamos com toda a gente, mas depois entendemos ter momentos de concentração de atenção de actos mais formais. Dou um exemplo, há dias solicitei uma reunião ao nosso Presidente da Assembleia, porque entendi precisar de uma opinião dele sobre um específico projeto que estamos a desenvolver. E trabalhamos, com papel à frente riscamos, e andámos para trás e para a frente. Era impossível eu ter aquela conversa com o Presidente Luís Souto aqui. Impossível. E foi isso que eu disse ao Fernando Nogueira na intervenção dele no sábado no PEDUCA. Fernando, venha reunir à mesa para apresentar os projectos, para riscar, para dar a sua opinião. Deixemo-nos de demagogia. Nós estamos a governar em nome de uma eleição. E governamos em nome dessa eleição com toda a dedicação e com toda a seriedade — não tenham dúvidas disto.

Somos democratas. Levámos um programa muito claro, com propostas muito objetivas — e é isso que nós estamos a fazer é vontade dos cidadãos, não é a vontade do Partido Socialista. Era o que mais faltava. O Partido Socialista teve uma monumental derrota que tenta transformar numa vitoriazita, ainda não percebi porquê!? Eventualmente porque dá jeito, deixar quem não tem jeito, a liderar esta geringonça socialista aveirense. Mas isso é convosco, sejam felizes. Porque nós vamos continuar a lutar pela felicidade dos nossos cidadãos e pela execução do compromisso que temos com eles. Quem têm ideias que as proponha. Eu gostei imenso, por exemplo, na semana PEDUCA, para mim o melhor momento de todos foi o debate na Universidade sobre a ligação da ciclovía.

E uma conclusão muito interessante que ia para lá um grupo de pessoas bater na solução, e defender duas alternativas. E aquilo que acabou a reunião (foi das melhores reuniões que tivemos) muito discutida e muito bem moderada pelo nosso Reitor, é que de facto as três soluções discutidas, vão ser as três construídas.

Para que é que às vezes nos pomos com divergências porque achamos que a dois é melhor que a três. E a três melhor que a um. Mas no caso as três vão ser construídas.

Aliás, uma delas já está parcialmente construída. Portanto é este exercício verdadeiramente democrático de quem ouve e de quem decide. Porque é muito democrático ouvir e fazer participação, mas é absolutamente democrático, além de ser obrigatório pela lei, que quem está mandatado para governar decida e faça com que as coisas andem para a frente.

Portanto é este exercício que estamos com toda a alegria, com todo o empenho, mas também com toda a abertura.

Só quem anda fora do Mundo se ofenda fora do mundo é que pode achar que nós queremos governar contra os cidadãos, fazer obras que eles não querem, estragar-lhes a vida, obviamente que isso não tem pés nem cabeça. E nisso vocês estão cada vez mais isolados. Já ninguém vos liga, por mais escrevam escritos monumentais de quilómetros no facebook ou numa qualquer outra rede onde andam a falar uns com os outros.

Carlos Anileiro, deixar a nota de que, aliás o Senhor Presidente também gosta assim de me corrigir também para impressionar, obviamente que eu sei bem onde é que está a rede de gás natural em Eixo. Apenas não vou aqui fazer desenhos uma vez que ainda por cima tenho os mapas no gabinete com a rede e portanto aqui falei de zonas, quem tem que tratar do assunto é a Lusitânia gás, eu só tenho que fazer pressão política. No caso eventualmente de Eixo vamos ter de pagar as aberturas das valas como estamos a fazer em Oliveirinha. Portanto é essa operação que me interessa. Mas neste caso sei porque mandei imprimir as plantas para fazer a verificação deste processo.

Quanto à N230-1 em Eixo, não há nenhum compromisso que tenhamos herdado. Apenas temos como objetivo, no quadro da estruturação da zona industrial, fazer essa requalificação entre o recinto da feira e o viaduto sobre A17, como bem referenciou.

Marques Pereira, em relação ao prédio da Avenida só uma nota. E permita-me só corrigir, não é o regulamento do PDM que ele não cumpre (ele até cumpre o PDM) o que ele não cumpre é o regulamento do PUCA. E no caso específico quem manda é o PUCA.

Porque se não existisse PUCA e existisse apenas o PDM estava bem. Aliás, estaria até acabado. Portanto é no quadro da revisão do PDM que vamos resolver o problema. E o Senhor Dr. Tenha uma certeza - cuidaremos de gerir bem todas as incidências políticas e legais que aquele processo teve. A Câmara não pode pegar numa borracha e apagar.

Há dois processos muito fortes, que estão a dar muito trabalho é verdade na revisão do PDM, com marcas desta natureza — este e as piscinas do Beira-Mar.

E nós, nas decisões que vamos tomar e tomei nota da sua opinião, é bom termos gente que dá opinião, até que enfim que o Marques Pereira deu uma opinião sobre alguma coisa com objetividade. Tomei nota que defende que o prédio tenha 5 pisos, é uma opinião. Devo dizer que temos falado com muitos aveirenses que vem falar connosco e que defendem que o prédio dever ter 7. Mas viva a democracia, e nós agora vamos ter de decidir. Se são 5 ou se é 7. Com aquela nota de que procuramos ter a melhor decisão para a qualidade urbana da cidade e nomeadamente para aquela zona da Lourenço Peixinho.

Mas é no quadro da revisão do PDM que estamos a criar as condições legais para resolver esse problema.

Quanto à Carta Educativa está em desenvolvimento, que a parte física quer da parte imaterial, que é muito importante no que respeita à Carta Educativa também no quadro da revisão do plano diretor municipal.

Uma nota que gostava de partilhar sobre as questões que o Simões colocou sobre a Comissão da floresta. Estamos a viver um momento muito complexo na nesta área do enquadramento legal, na área da gestão da floresta/prevenção dos incêndios. E, portanto, entendemos que esse processo está estabilizado há muito pouco tempo, pela publicação do decreto-lei de há três semanas. E portanto, já está convocada a primeira reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Já tivemos uma primeira data para o dia 13 deste mês mas tivemos por uma questão de agenda, tivemos que alterar a sua data para o dia 17 de Abril. Portanto será primeira reunião deste mandato e seguirá no momento muito importante, enfim, que acumulou um conjunto de trabalhos, que obviamente será dada a devida nota a todos os conselheiros, para termos uma noção de que é que andámos a fazer e do que é que temos para fazer. Proximamente teremos um dossier, que aqui virá à Assembleia Municipal, que é o novo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Portanto é este o ponto de situação desse importante dossier e, portanto, estaremos a trabalhar juntos com esta reativação, no caso de ativação no atual mandato, mas reativação do trabalho da nossa comissão, processo esse que está gerido pela mão do Senhor Vereador Jorge Ratola.

Querida também deixar nota para sobre o que falou o Jorge Gonçalves. A Câmara é um parceiro fundamental da caminhada que referenciou. Somos nós que licenciámos, que isentamos de taxas, que damos um conjunto de apoios. Eu sei que, enfim, a memória terrível especialmente quando a gente gosta sempre de dar bicadas à Câmara e prefere falar de outras entidades, que são muito importantes, mas no caso são menos importantes do que a própria Câmara.

Mas fique a saber V. Exa que a Câmara muito importante e temos uma ação de cooperação muito vasta com o agrupamento em causa. Para essa causa e para tantas outras de que somos bons parceiros nesse trabalho que é um trabalho de dia-a-dia como não podia deixar de ser.

O Francisco Picado colocou uma questão sobre a PDA. E por uma coisa que eu lhe chamei uma não notícia, porque às vezes, com todo o respeito pelos nossos jornalistas, houve uma ação de assinatura de um protocolo entre a nossa Universidade e a Visabeira, e no fim houve um jornalista que decidiu perguntar ao representante da Visabeira, o que é que perspectivava sobre o PDA?

E o representante, que me pareceu um bocadinho apanhado desprevenido para fazer uma resposta muito mais objetiva, disse uma coisa muito redonda que eu próprio não me atreveria a dizer, foi que a Visabeira reitera o seu empenho no projeto e que perspectiva nos próximos 5 a 10 anos desenvolver investimentos lá no Parque.

E, portanto, eu não era capaz de dizer um prazo dessa natureza. Como sabeis tenho falado em vários fóruns, nomeadamente aqui sobre isso e tenho dito que a nossa relação com a Visabeira é sólida, estamos a dialogar permanentemente sobre investimentos naquela zona, mas que obviamente não existe uma perspectiva próxima de investimento da Visabeira na PDA o nosso Parques Desportivo de Aveiro, embora haja conversas objetivas e nos últimos tempos com quem mais intensidade. Mas ainda sem qualquer conclusão que possamos dizer algo de objetivo. E o senhor administrador foi muito sério, porque deu aquela resposta não objetiva, apenas deixando claro que a Visabeira mantém o seu empenho e o seu compromisso com este processo da Câmara Municipal. Embora objetivamente não tem ou pelo menos ainda não tem no curto médio prazo, decisões tomadas para poder executar investimento. Portanto é este quadro de operações em que nós, em que nós estamos com eles, sabendo que, obviamente, vamos trabalhar com investimentos da Câmara Municipal na zona do Estádio. Os primeiros investimentos e falemos, falaremos também sobre isso na nossa Assembleia no quadro da revisão do plano e orçamento, obviamente, são os complexos de futebol, de campos de relva sintética, para o futebol, que vamos construir no âmbito do protocolo que aqui mesmo aprovámos com o Sport Clube Beira-Mar.

O Pavilhão Desportivo Oficina que queremos projetar é para ser construído também nesta zona do estádio municipal. E, portanto, estes dois investimentos vão arrancar nos termos previstos no nosso Plano de 2018 e no Quadro Plurianual do ano de 2019, com os nossos recursos — a Visabeira não é parte pelo menos no início deste processo. Poderá até vir a ser de uma qualquer forma mais à frente, mas inicialmente são decisões que nós assumimos plenamente, na opção política e também na sustentabilidade financeira.

Sabendo que esse "dar de vida" àquela zona é um bom contributo e é seguramente um bom contributo para que um investidor privado, como a Visabeira, possa vir a ter mais vontade de executar investimentos.

Temos também negociações em curso (ainda não terminadas) com a Associação de Futebol de Aveiro e com a Federação Portuguesa de Futebol, para mais investimentos na naquela zona, também de capacitação em termos de infraestruturas e de dinamização em termos de atividade. Esse é um processo absolutamente claro em que estamos empenhados, na certeza porém, de que queremos sempre, manter um eixo de relação com o Sport Clube Beira-Mar, para que a vida futura daquela infraestrutura existente e das outras infraestruturas desportivas que se vão agregando (e seguramente que vamos consegui-lo) possam ter assento na nossa gente, nossas crianças, nos nossos jovens, com base no Sport Clube Beira-Mar, embora sem nenhum contrato de exclusividade como é evidente, mas honrando além do mais o compromisso que negociámos e que aqui mesmo também conseguimos aprovar.

É assim desta forma, intensa e determinada que nós prosseguirmos este nosso trabalho, na certeza porém, de que o tempo que temos pela frente é um tempo desafiante, e o exercício de intensidade de investimento vai prosseguir, com a certeza de que se conseguirmos ter vencimento de causa, nomeadamente na reprogramação do Portugal 2020, vamos

seguramente conseguir ir ainda mais além do que aquilo que está determinado. Embora não vamos ficar à espera.

Este mesmo mês de Abril vamos lançar 7 concursos de projeto para a qualificação de 7 Unidades Escolares. Umas de só de primeiro ciclo outras com o primeiro ciclo e pré-escolar, precisamente porque decidimos não esperar mais.

Está claro que na reprogramação a vontade do Governo é de fechar recursos. Para a Educação é muito reduzida e, portanto, a probabilidade de por aí termos investimento financeiro para estes 7 instrumentos é muito baixa e, portanto, a decisão está tomada. Nós vamos arrancar e será ainda durante este mês de Abril que estaremos a lançar esses procedimentos para contratar projetista, com base em termos de referência, que são elaborados.

E queria terminar com uma nota à Virgínia Maros, de que a lógica da contratação é desta forma: nós fazemos Termos de Referência (os termos de referência são definições das linhas gerais dos projetos) e depois, com base nesses termos de referência as empresas candidatam-se com um valor. Quando o critério é só preço e prazo ou com outros critérios agregados, que por vezes se usam também.

Nós no nosso caso usámos só o critério preço, porque fixámos o prazo no próprio concurso e, portanto, é isso que a empresa põe com base nos termos de referência. Depois é que se desenvolve o projeto.

Por exemplo na Avenida, nós falámos em qualificação do espaço público, reformulação de infraestruturas, alargamento do espaço-canal fora os modos suaves (pedonais e cicláveis), são ditas as coisas desta natureza desta forma. Depois cabe no projeto tomar as decisões se o passeio tem dois metros ou tem quatro, se há só uma via para circular ou há duas, se se estaciona só de um lado ou em todo. Aí é que vamos ao pormenor. Como é que é a coluna da iluminação pública, se é com leds ou com lâmpadas de iodo, todas essas decisões de pormenor são em projeto que são tomadas. Muito obrigado."

Presidente da Mesa⁰⁴⁴

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

"Senhor Presidente da Assembleia, Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara. Senhor Presidente, algumas questões a propósito da sua intervenção. Primeiro informá-lo que o Governo da República Portuguesa é um Governo do Partido Socialista, que tem encontrado apoios à sua esquerda na aprovação do Orçamento de Estado. Na Assembleia da República em matérias tão importantes como por exemplo Saúde ou Trabalho tem useiramente encontrado apoio até mais no seu partido do que no meu.

Senhor Presidente de Câmara, em relação àquilo que lhe colocámos sobre o site autarquia. Eu acho que é uma liberdade democrática que o senhor Presidente se considere um gestor sério, que o seu partido revigore e conforte essa ideia, muito bem.

A nossa questão, é que, não deve utilizar o site autarquia. Os meios públicos são e devem ser, são por natureza neutros. Não os deve utilizar portanto na defesa dessas suas ideias. Podem ser absolutamente compreensíveis da sua parte, mas nos meios da autarquia não o deve fazer.

Senhor Presidente de Câmara, na nossa primeira intervenção colocámos sobre a situação da Saúde em São Jacinto duas questões. Que o Senhor, lá naquela localidade, referiu-se à renovação da Extensão do Centro de Saúde e colocámos aqui uma preocupação em relação à Médica que está colocada naquela freguesia.

Sobre isto o Senhor Presidente deu uma resposta absolutamente inaceitável. Quando refere que o PCP fez demagogia, essa é uma avaliação política, até podemos considerar.

O Senhor Presidente Câmara acha que o PCP não deve trazer essa questão aqui, muito bem.

Agora, o que não é de todo aceitável, sob nenhum ponto de vista, nenhum ponto de vista, foi a forma e os termos que utilizou para qualificar a intervenção do PCP sobre as questões, sobre as quais o Senhor Presidente ou tem resposta, ou não tem resposta.

Se não tem resposta passa a bola — não tem problema nenhum. Agora aqui insinuar que o PCP, que coloca aqui questões importantes para as populações do município, dizer que o PCP está a gozar!? Nós chegamos aqui e pergunta, o Senhor só tem de dizer se há resposta ou não há. Às vezes não há, tudo bem, não há problema nenhum.

Agora não é aceitável que se dirija aos deputados municipais, ao PCP ou a outro Partido qualquer nesses termos.

Bem como utilizar a expressão "circo". Ninguém aqui metaforiza esta Assembleia nem este espaço como "circo"! Nem que os intervenientes são intervenientes de "circo". Ninguém. Nós colocamos as questões. O Senhor Presidente quer responder, responde. Não quer, não responde.

Por favor Senhor Presidente de Câmara, peço-lhe encarecidamente, que mantenha alguma serenidade na forma como responde. E peço, encarecidamente que não baixe o nível."

Presidente da Mesa:⁰⁴⁶

"Senhores deputados, permitam-me chamar a atenção de um aspeto formal. Eu à bocado não o fiz e vejo que o Senhor deputado também repetidamente o faz.

Segundo o artigo 29.º do regimento, no uso da palavra, os senhores deputados dirigem-se ao Presidente da Assembleia e à Assembleia.

É claro que solicitam os devidos esclarecimentos a quem entendam, mas gostaria de reforçar isso porque é norma regimental. Muito obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴⁷

Presidente da Mesa⁰⁴⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁹

"Senhor Presidente, portanto só para dar um abraço ao Filipe e obviamente dizer-lhe que é bom que nós tenhamos a noção da responsabilidade, da nação da democracia e da liberdade.

Eu sou sempre muito rigoroso, não sou capaz de ofender ninguém. A palavra "circo" é uma palavra forte em termos políticos, mas, enfim, tranquila dentro daquilo que é a civilidade. E, de facto, temos que trabalhar todos. E, às vezes, uns têm mais responsabilidade do que outros. E de facto hoje, estes problemas que temos, muito complicados na área da Saúde exigem de facto soluções que não estão em cima da mesa. Não estão mesmo. E, portanto, a responsabilidade hoje é do Partido Socialista, apoiado pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista, e nós também lá estaremos com o nosso estatuto de gestor desta Câmara Municipal. Aliás, qualquer um de vocês, reúne com o Doutor Nelson de Almeida e ele obviamente dir-vos-á o que é o meu trabalho. Pode até ler os emails do Presidente da Junta de Requeixo/Fátima/Nariz que são mais que muitos. Quer dizer, trabalhamos naquilo que é a influência política e na relação institucional de cooperação que todos temos. Mas obviamente, no fim da conta, quem é responsável é que tem que tomar decisões. Como nós aqui decidimos projetos e obras que são as nossas responsabilidades. Neste caso são os gestores do Ministério da Saúde que politicamente governam.

De resto, acho que ficou muito claro, que estamos no bom caminho. Que este debate é um debate sobre o município em movimento. Uma Câmara obreira e realizadora, uma

oposição um bocado baralhada e perdida — atrás do pormenor da participação ou das letras do Kevinho — até as letras do Kevinho servem para fazer oposição. Nós, seguimos determinados e tranquilos, a fazer mais e melhor pela nossa querida terra continuando a mudança que iniciámos no mandato anterior. Muito obrigado."

Continuando, o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁰ a primeira reunião da Sessão Ordinária Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 13 de Abril (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 24:00 horas do dia 06 de Abril de 2018.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável pela subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)